

**2012**  
**janeiro**

# Síntese da Execução Orçamental

Ministério das Finanças

Direcção-Geral do Orçamento

Síntese de Execução Orçamental  
Publicação mensal  
Elaborado com Informação disponível até 20 de janeiro

Direcção-Geral do Orçamento  
Telefone: 21 884 63 00  
Fax: 21 882 49 62  
Endereço Internet: <http://www.dgo.pt>  
Endereço *email*: [dgo@dgo.pt](mailto:dgo@dgo.pt)

<b>I - ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS .....</b>	<b>3</b>
SÍNTESE GLOBAL .....	3
<b>II - SUBSETOR ESTADO .....</b>	<b>7</b>
SÍNTESE .....	7
RECEITA .....	8
DESPESA .....	12
<b>III - SUBSETOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS .....</b>	<b>17</b>
SÍNTESE .....	17
RECEITA .....	19
DESPESA .....	19
<b>IV - SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE .....</b>	<b>21</b>
SÍNTESE .....	21
RECEITA .....	23
DESPESA .....	23
<b>V - SEGURANÇA SOCIAL .....</b>	<b>24</b>
SÍNTESE .....	24
RECEITA .....	26
DESPESA .....	26
<b>VI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL .....</b>	<b>27</b>
SÍNTESE .....	27
RECEITA .....	28
DESPESA .....	28

## **ANEXOS - INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA**



## SÍNTESE GLOBAL

- O saldo global provisório da Administração Central e da Segurança Social na ótica da Contabilidade Pública de 2011 foi de -5,9 mil milhões de euros (-11,5 mil milhões em 2010), refletindo uma melhoria de 5,6 mil milhões de euros face ao ano precedente.
- De salientar que se registou um saldo primário positivo de cerca de 0,2 mil milhões de euros, que compara com um défice primário de cerca de 6,5 mil milhões de euros em 2010.
- Esta evolução resultou de um aumento da receita efetiva de 7% enquanto a despesa efetiva registou um decréscimo de 1,8%. Salienta-se que a redução da despesa primária foi mais acentuada, situando-se em 3,5%.

### Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social - Comparação 2011 / 2010

€ Milhões

	Execução 2010	Execução provisória 2011	Variação absoluta	Variação Relativa (%)
<b>Receita corrente</b>	<b>57.860,3</b>	<b>60.713,0</b>	<b>2.852,7</b>	<b>4,9</b>
Impostos diretos	13.589,6	15.000,9	1.411,3	10,4
Impostos indiretos	19.766,4	20.318,2	551,8	2,8
Contribuições para Segurança Social	17.898,1	18.138,6	240,5	1,3
Outras receitas correntes	6.606,2	7.255,2	649,1	9,8
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	38,4	66,1	27,7	72,3
<b>Receita de capital</b>	<b>3.485,9</b>	<b>4.951,5</b>	<b>1.465,7</b>	<b>42,0</b>
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	5,8	9,7	3,9	66,2
<b>Receita efetiva</b>	<b>61.346,1</b>	<b>65.664,5</b>	<b>4.318,4</b>	<b>7,0</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>68.272,0</b>	<b>67.386,5</b>	<b>-885,5</b>	<b>-1,3</b>
Consumo público	25.921,4	24.335,0	-1.586,4	-6,1
Despesas com o pessoal	14.818,1	13.393,4	-1.424,7	-9,6
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	11.103,3	10.941,6	-161,7	-1,5
Subsídios	1.991,7	1.805,8	-185,8	-9,3
Juros e outros encargos	4.988,5	6.072,0	1.083,5	21,7
Transferências correntes	35.370,4	35.173,7	-196,7	-0,6
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	2.090,7	2.015,4	-75,4	-3,6
<b>Despesa de capital</b>	<b>4.568,6</b>	<b>4.140,7</b>	<b>-427,9</b>	<b>-9,4</b>
Investimento	1.853,5	768,9	-1.084,7	-58,5
Transferências de capital	2.626,6	3.329,5	702,8	26,8
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	1.543,5	1.430,7	-112,8	-7,3
Outras despesas de capital	88,5	42,4	-46,0	-52,0
<b>Despesa efectiva</b>	<b>72.840,7</b>	<b>71.527,2</b>	<b>-1.313,4</b>	<b>-1,8</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-11.494,5</b>	<b>-5.862,7</b>	<b>5.631,8</b>	
Saldo corrente	-10.411,8	-6.673,5	3.738,3	
Despesa corrente primária	63.283,5	61.314,5	-1.969,0	-3,1
Saldo corrente primário	-5.423,2	-601,5	4.821,7	
Saldo de capital	-1.082,7	810,8	1.893,5	
Despesa primária	67.852,1	65.455,2	-2.396,9	-3,5
Saldo primário	-6.506,0	209,3	6.715,3	

Fonte: Ministério das Finanças

■ Para o comportamento da receita contribuiu:

- A contabilização de parte da receita associada à transferência dos fundos de pensões das instituições de crédito contabilizada em 2011 (cerca de 3,3 mil milhões de euros);
- O crescimento da receita de impostos diretos em 10,4%, acima da estimativa incluída no Relatório do OE/2012, em cerca de 1 p.p.. Para este crescimento contribuiu, em grande medida, a sobretaxa extraordinária em sede de IRS e as cobranças coercivas;
- O aumento de 2,8% dos impostos indiretos, tendo, no entanto, ficado aquém do previsto no Relatório do OE/2012, em 0,5 p.p.; e
- As contribuições para a segurança social cresceram 1,3%. No entanto, situaram-se a um nível inferior ao previsto no Relatório do OE/2012 em 1,6 p.p..

■ A diminuição da despesa consolidada é maioritariamente explicada por:

- Redução de 9,6% das despesas com pessoal, mais acentuada que a estimada no Relatório do OE/2012;
- Medidas de contenção da despesa com investimentos da Administração Central; e
- Efeito base do pagamento em 2010 dos encargos relativos à entrega de equipamento militar (mil milhões de euros).

■ Na despesa registaram-se contudo variações de sentido contrário:

- Os juros e outros encargos, que ainda assim, se situaram a um nível inferior ao estimado para 2011 em sede de Relatório do OE/2012, em cerca de 0,3 mil milhões de euros; e
- As transferências de capital para regularização de responsabilidades financeiras do Estado na área das concessões rodoviárias.

- O valor provisório do défice do Estado de 2011 situou-se em 7,2 mil milhões de euros, registando-se uma melhoria de 7,1 mil milhões de euros em comparação com o ano anterior. A receita efetiva observou um crescimento de 14,5%, para o qual contribuiu sobretudo (em 9 p.p.) a parte da receita da transferência dos fundos de pensões referida no ponto precedente; a receita fiscal contribuiu em 5,4 p.p., sendo de realçar o IRS - em resultado, principalmente da cobrança da sobretaxa extraordinária - e do IVA, decorrente do aumento da taxa normal de 21% para 23%<sup>1</sup>. A despesa efetiva decresceu 3,6% de 2010 para 2011, ainda que condicionada, pelo crescimento da despesa com juros e outros encargos da dívida pública (21,5%). O decréscimo da despesa primária situou-se em 6,4%, para o qual contribuiu, sobretudo, o comportamento da despesa com pessoal, das transferências para a Segurança Social e para o Serviço Nacional de Saúde, bem como dos encargos extraordinários com a regularização de responsabilidades financeiras do Estado<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Por força da Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro).

<sup>2</sup> As operações desta natureza tiveram maior impacto em 2010, ano em que se procedeu à regularização de responsabilidades financeiras decorrentes da entrega de equipamento militar (no valor de 1 001 milhões de euros) e na área das concessões de infraestruturas rodoviárias (151 milhões de euros). No âmbito destas últimas, os encargos financeiros em 2011 ascenderam a 849 milhões de euros.

- Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente de 902 milhões de euros, menos 1 192 milhões que no mesmo período do ano anterior, em resultado da redução da receita (-7,9%) e da despesa efetiva (-3,7%). Este resultado é justificado sobretudo pela contabilização na receita da Caixa Geral de Aposentações, I.P. da compensação relativa à transferência do Fundo de Pensões da PT, a qual teve um impacto significativo em dezembro de 2010 e, na despesa, pela redução com a aquisição de bens e serviços correntes e despesas com o pessoal, essencialmente no Serviço Nacional de Saúde.
- O saldo global da execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde de 2011 situou-se em 275 milhões de euros, de euros face ao ano precedente, resultado que tem implícita uma melhoria de 85 milhões de euros. Este resultado reflete uma redução da despesa superior em 0,6 p.p. à variação da receita, originado, essencialmente, pelo facto de o decréscimo da despesa com subcontratos ser mais intensa que a diminuição da receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado.
- O saldo global do subsector da Segurança Social registou, em dezembro de 2011, um excedente de 429 milhões de euros, menos 260 milhões de euros do que em igual período do ano transato, em resultado da redução verificada na receita ter sido mais pronunciada do que o decréscimo registado na despesa (-1,3% e -0,3%, respetivamente).
- O subsector da Administração Regional registou, até novembro de 2011, um saldo global deficitário de 6 milhões de euros, refletindo uma deterioração face ao valor acumulado até ao mês anterior (que registou um excedente de 40 milhões de euros).
- O subsector da Administração Local (ADL) apresentou um saldo positivo no III trimestre de 2011, ainda que menor do que no trimestre anterior.

## Receita, Despesa e Saldo Global da Administração Regional e Local - 2011 / 2010

€ Milhões

	Período	Receita		Despesa		Saldo		VH(%)	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	Receita	Despesa
Administração Regional	jan-novembro	-	1.887	-	1.894	-	-6	-	-
Administração Local	III trimestre	5.133	5.071	4.988	4.884	145	187	-1,2	-2,1

Nota: Valores na ótica de caixa (Contabilidade Pública), não consolidados.

Fonte: Ministério das Finanças

- A comparação dos resultados alcançados com os objetivos implícitos no Relatório do OE/2011 é a seguinte:

## Comparação da Receita e da Despesa com o OE 2011 (Variações Homólogas em %)

		Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Administração Regional	Administração Local	Segurança Social
Receita Efetiva	OE 2011	6,7	-7,8	-0,2	-1,2	1,0
	Execução	14,5	-7,9	7,6	-1,2	-1,3
Receita Fiscal	OE 2011	4,6	0,9	2,9	-1,8	2,5
	Execução	6,0	-1,8	4,2	-6,8	2,5
Despesa Efetiva	OE 2011	-1,5	-2,7	-2,8	-2,5	0,0
	Execução	-3,6	-3,7	5,5	-2,1	-0,3
Despesa Primária	OE 2011	-4,0	-2,7	-3,0	-2,6	0,0
	Execução	-6,4	-3,8	4,8	-2,5	-0,3

Nota: os valores de execução referem-se a dezembro de 2011 (valores acumulados), exceto para a Administração Local e Regional (III trimestre de 2011. Embora para a Administração Regional haja dados até novembro de 2011, a inexistência de informação análoga para 2010 não permite o cálculo de variações homólogas).

Fonte: Ministério das Finanças



## SÍNTESE

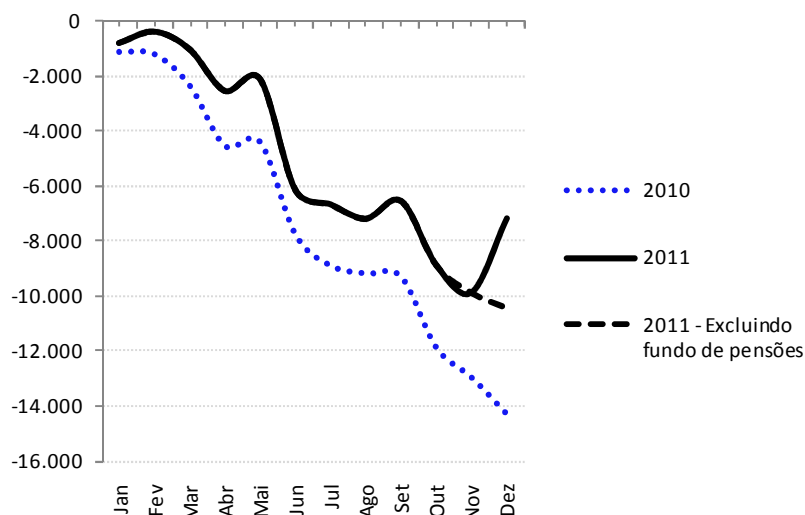
## Execução Orçamental do Estado (janeiro a dezembro)

	2010	2011	2010	2011	VH (%)	Contrib. VH (%)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Receita corrente	35.462,2	37.916,4	102,0	98,2	6,9	6,8
Receitas fiscais	32.289,7	34.242,0	104,1	99,6	6,0	5,4
Outras receitas correntes	3.172,5	3.674,4	85,2	86,8	15,8	1,4
Receita de capital	824,9	3.620,8	48,9	291,2	338,9	7,7
Receita efetiva	36.287,1	41.537,2	99,6	104,2	14,5	
Despesa corrente	46.573,8	45.578,0	97,5	97,6	-2,1	-2,0
Despesa corrente primária	41.602,1	39.538,7	98,4	98,1	-5,0	-4,1
Juros e outros encargos	4.971,7	6.039,2	90,4	94,8	21,5	2,1
Despesa de capital	3.991,6	3.153,8	88,9	90,6	-21,0	-1,7
Despesa efetiva	50.565,4	48.731,7	96,7	97,1	-3,6	
Despesa primária	45.593,7	42.692,5	97,5	97,5	-6,4	
Saldo global	-14.278,3	-7.194,5				
Saldo corrente	-11.111,6	-7.661,6				
Saldo de capital	-3.166,7	467,0				
Saldo primário	-9.306,6	-1.155,3				

Fonte: Ministério das Finanças

- A receita efetiva cresceu 14,5% em 2011, sendo que a receita não fiscal contribuiu em 9,1 p.p. para aquele resultado e a receita fiscal em 5,4 p.p..
- A despesa efetiva do Estado registou um decréscimo de 3,6%, enquanto a despesa primária se reduziu em 6,4%.
- O gráfico seguinte evidencia a evolução do saldo global em 2010 e 2011, individualizando o efeito, em 2011, da transferência proveniente da transmissão para o Estado das responsabilidades dos fundos de pensões do sector bancário de 3 263,1 milhões de euros.

Gráfico 1 - Saldo Global (milhões de euros)



Fonte: Ministério das Finanças

## RECEITA

- De janeiro a dezembro de 2011, a **receita fiscal** registou um acréscimo de 6% face a 2010, em resultado de variações positivas de 10,4% nos impostos diretos e de 2,9% dos impostos indiretos.

### Execução Orçamental da Receita do Estado (janeiro a dezembro)

	2010	2011	2010	2011	VH (%)	Contrib. VH (%)
	Milhões de Euros	Milhões de Euros	Grau de Execução (%)	Grau de Execução (%)		
<b>Receita fiscal</b>	<b>32.289,7</b>	<b>34.242,0</b>	<b>104,1</b>	<b>99,6</b>	<b>6,0</b>	<b>5,4</b>
Impostos diretos	13.569,1	14.981,3	101,9	102,5	10,4	3,9
- IRS	8.936,7	9.794,9	98,8	94,0	9,6	2,4
- IRC	4.591,6	5.138,0	109,3	122,9	11,9	1,5
- Outros	40,8	48,4	60,5	432,1	18,6	0,0
Impostos indiretos	18.720,6	19.260,7	105,7	97,4	2,9	1,5
- ISP	2.406,1	2.310,4	97,4	96,5	-4,0	-0,3
- IVA	12.145,9	12.994,9	107,8	97,8	7,0	2,3
- Imposto sobre veículos	809,1	626,5	114,0	79,3	-22,6	-0,5
- Imposto consumo tabaco	1.428,7	1.446,7	121,1	107,2	1,3	0,0
- IABA	182,0	172,7	98,4	89,0	-5,1	0,0
- Imposto de Selo	1.538,7	1.483,2	90,9	97,6	-3,6	-0,2
- Imposto Único de Circulação	151,2	173,6	108,0	108,5	14,8	0,1
- Outros	58,9	52,7	93,0	69,8	-10,5	0,0
<b>Receita não fiscal</b>	<b>3.997,4</b>	<b>7.295,2</b>	<b>73,9</b>	<b>133,2</b>	<b>82,5</b>	<b>9,1</b>
<b>Receita efetiva</b>	<b>36.287,1</b>	<b>41.537,2</b>	<b>99,6</b>	<b>104,2</b>	<b>14,5</b>	

Fonte: Ministério das Finanças

■ Os principais fatores que determinaram a evolução dos impostos diretos de 2010 para 2011 são:

- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – regista-se uma variação positiva face ao ano de 2010, de 9,6%. Este incremento resulta de um: (i) aumento de 9,8% na receita bruta, incluindo o efeito da cobrança da sobretaxa extraordinária em sede de IRS, (ii) parcialmente compensado por um aumento dos reembolsos.

O valor das retenções da fonte da sobretaxa extraordinária em sede de IRS<sup>3/4</sup>, apurado até ao momento, ascende a cerca de 790 milhões de euros. Considerando o elevado número de anomalias de preenchimento das declarações de retenção na fonte já detetado e em correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira, o valor final apenas será apurado com a conclusão deste processo de correção.

- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) – verifica-se uma variação anual de 11,9% face a 2010. Este incremento deve-se a um: (i) aumento de 6,6% na receita bruta corrigida face ao valor acumulado de 2010, (ii) a que acresce uma diminuição dos reembolsos.

■ Os principais fatores que determinam a VH dos impostos indiretos são:

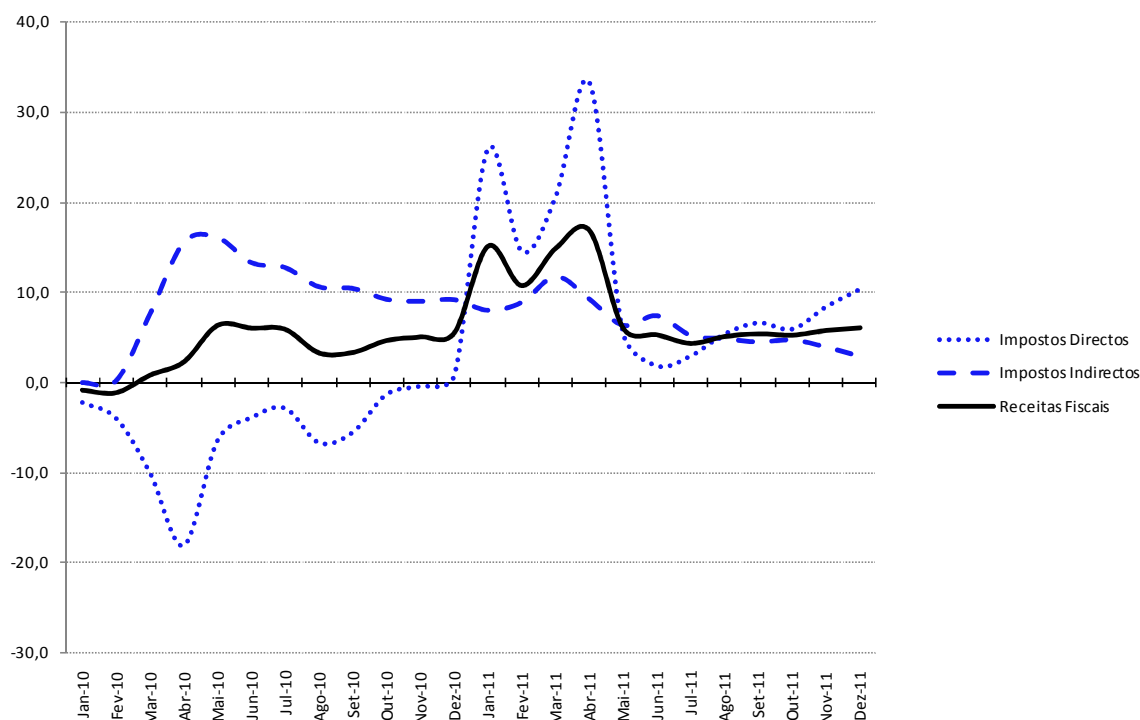
- Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – verifica-se um aumento de 7% na receita acumulada face ao ano de 2010. Este resultado explica-se por um: (i) aumento de 8,8% na receita bruta, (ii) parcialmente contrariado por um aumento dos reembolsos.
- Imposto sobre Veículos (ISV) – a receita acumulada regista um decréscimo de 22,6%, resultado da contração na venda de veículos, em particular, no segundo semestre de 2011.
- Imposto do Selo (IS) – a receita acumulada regista uma redução de 3,6% resultante do decréscimo de operações financeiras realizadas em 2011.
- Imposto sobre o Tabaco (IT) – a receita líquida acumulada regista um aumento de 1,3% face ao ano de 2010, mantendo uma variação positiva verificada nos meses anteriores.
- Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) – verifica-se uma quebra de 4% face ao ano transato, resultante da contração do consumo verificada, em particular nas gasolinas e gasóleos, a partir do mês de abril.

- O acréscimo da receita fiscal resulta ainda da cobrança coerciva em 2011 ter atingido o valor de 1 230 milhões de euros, superando em cerca de 130 milhões de euros (11,8%) o objetivo estabelecido no início do ano.

<sup>3</sup> Nos termos da Lei n. 49/2011, de 7 de Setembro, a sobretaxa extraordinária em sede de IRS de 3,5%, incide sobre os rendimentos englobáveis das diversas categorias, acrescidos dos rendimentos sujeitos a taxas especiais de tributação, auferidos por residentes durante o ano de 2011, na parte que exceda o valor anual da retribuição mínima mensal garantida por sujeito passivo, e será objeto de liquidação em 2012.

<sup>4</sup> A mesma lei prevê que os substitutos tributários dos sujeitos passivos da categoria A e H devem reter na fonte, com a natureza de adiantamento por conta da sobretaxa a liquidar em 2012, uma importância correspondente a 50% do valor do subsídio de Natal ou 13º mês, líquida das retenções na fonte e das contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e para subsistemas legais de saúde, na parte que exceda o valor da retribuição mínima mensal garantida.

Gráfico 2 - Evolução da receita fiscal – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças

- De janeiro a dezembro de 2011, os reembolsos registaram um acréscimo de 8,4% face ano de 2010.

## Reembolsos (janeiro a dezembro)

	Milhões de euros		VH (%)
	2010	2011	
<b>Impostos Directos</b>	<b>2.943,4</b>	<b>2.976,9</b>	<b>1,1</b>
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	1.872,8	2.073,1	10,7
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	1.067,0	893,5	-16,3
Outros	3,6	10,4	184,3
<b>Impostos Indirectos</b>	<b>4.441,2</b>	<b>5.024,9</b>	<b>13,1</b>
Imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	115,3	110,4	-4,3
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	4.295,0	4.890,4	13,9
Imposto sobre Veículos ISV)	4,6	2,4	-47,9
Imposto de consumo sobre o tabaco (IT)	15,7	9,9	-36,8
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	0,4	0,4	18,7
Imposto do selo (IS)	9,4	6,5	-31,2
Imposto Único de Circulação (IUC)	0,1	0,0	-97,6
Outros	0,7	4,8	627,3
<b>Total de reembolsos</b>	<b>7.384,6</b>	<b>8.001,8</b>	<b>8,4</b>

- Os principais fatores que determinam a variação homóloga dos reembolsos são:
  - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) - regista-se um aumento de 10,7% comparado a 2010.
  - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) – verifica-se uma diminuição de 16,3% nos reembolsos face a 2010. Este facto resulta da maior convergência entre as autoliquidações e os pagamentos por conta efetuados.
  - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) - verifica-se uma variação anual positiva de 13,9% nos reembolsos face ao ano transato. Este resultado explica-se pelo aumento atípico nos reembolsos, fruto essencialmente da diminuição dos prazos de pagamento (artigo 22.º do Código do IVA, na redação dada pela Lei n.º 2/2010 de 15 de março).
- A **receita não fiscal** apresenta um crescimento bastante significativo no ano de 2011, em grande parte influenciado pela transferência de 3 263,1 milhões de euros proveniente da transmissão para o Estado das responsabilidades dos fundos de pensões do sector bancário, nos termos do Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro.
- Para além destas "Transferências de capital" destaca-se, face ao período homólogo, o comportamento das "Comparticipações para a ADSE" (+231,1 milhões de euros), "Transferências correntes" (+209,8 milhões de euros) e "Outras receitas correntes" (+153,7 milhões de euros), concorrendo para estas últimas, para além do aumento dos "Prémios e garantias por garantias de risco" (+56,8 milhões de euros), a nova contribuição sobre o setor bancário<sup>5</sup> (145,7 milhões de euros).
- O decréscimo nos "Rendimentos da propriedade" (-149 milhões de euros) encontra-se alicerçado numa significativa quebra dos dividendos verificada em 2011 (-218,1 milhões de euros), essencialmente devido à não entrega de dividendos pela CGD - Caixa Geral de Depósitos, S.A., e à diminuição da entrega do Banco de Portugal a título de participação nos lucros. Em contraponto, registou-se o aumento dos juros recebidos (+68,8 milhões de euros), fruto dos empréstimos concedidos a algumas empresas do setor empresarial do Estado no decorrer de 2011, para além dos juros inerentes à compra de Bilhetes do Tesouro pelo Fundo de Regularização da Dívida Pública (FRDP), tendo em vista a sua intervenção em operações de derivados financeiros, sem impacto ao nível do conjunto da administração central, mas que implicaram a contabilização escritural de 36,3 milhões de euros na despesa e na receita do Estado.
- Nas "Transferência correntes", com uma cobrança de 1 219,2 milhões de euros, uma parte significativa traduz movimentos internos ao Orçamento do Estado, destacando-se as provenientes dos serviços e fundos autónomos (731,6 milhões de euros), das quais 558,4 milhões de euros do Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça, IP (IGFIJ), para além dos 74 milhões de euros entregues pelo Fundo de Estabilização Tributária (FET) e dos 46,2 milhões de euros da Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS). Nas transferências recebidas da Segurança Social (340,5 milhões de euros) têm especial relevância as relativas a financiamento comunitário em projetos cofinanciados (261,9 milhões de euros). Assinala-se ainda a quebra das transferências recebidas do exterior de 107,3 para 63,4 milhões de euros, influenciada pelas devoluções da União Europeia relativas à contribuição financeira portuguesa para o orçamento comunitário (7,4 milhões de euros, quando em 2010 foram de 46,7 milhões de euros).

<sup>5</sup> Aprovada pelo artigo 141.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e regulamentada pela Portaria n.º 121/2011, de 30 de Março.

- Com impacto em vários capítulos da receita, afetando claramente a diminuição da cobrança registrada em "Saldos da gerência anterior" (-249,3 milhões de euros) e as variações de cobrança verificadas em alguns dos outros capítulos<sup>6</sup>, regista-se a mudança de metodologia na contabilização da transição dos saldos de receitas consignadas dos serviços integrados ocorrida no mês de junho de 2010, como já foi referido neste documento em meses anteriores<sup>7</sup>.
- Assinala-se também, apesar de não constar do conceito de receita efetiva aqui empregue, o acréscimo dos "Ativos financeiros" em resultado da amortização de empréstimos de curto prazo concedidos no decorrer de 2011 a várias empresas do Estado, em especial no setor dos transportes. Por sua vez os 600 milhões de euros da "Alienação de partes sociais de empresas" respeitam às receitas diretas do Estado (cabendo a restante parte à PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S.A.), do processo de privatização da EDP - Energias de Portugal, S.A., que serão aplicadas em 2012, nos termos da Lei Quadro das Privatizações<sup>8</sup>, pelo Fundo de Regularização da Dívida Pública (FRDP).

### DESPESA

- A despesa efetiva do Estado (valores provisórios) decresceu 3,6% em 2011 relativamente ao ano precedente, apresentando um grau de execução de 97,1% face ao orçamento final de 2011<sup>9</sup>. Por sua vez, a redução da despesa efetiva primária situou-se em 6,4%.
- Relativamente à previsão inicial de despesa implícita ao Orçamento do Estado para 2011<sup>10</sup>, a execução evidencia um desvio de cerca de +1%, o qual é essencialmente justificado ao nível das seguintes rubricas de despesa:
  - Despesas com pessoal dos serviços da administração direta do Estado;
  - Transferências correntes para organismos da administração central, com particular realce para os seguintes:
    - Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça, I.P. visando assegurar o financiamento das despesas de funcionamento do sistema judiciário e a regularização de responsabilidades financeiras;
    - Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA), a título de contribuição financeira do Estado para assegurar o equilíbrio financeiro do sistema de pensões gerido por aquela entidade;
    - Os que integram o Serviço Nacional de Saúde, visando a regularização de dívidas dos subsistemas públicos de saúde; e
  - Transferências de capital destinadas à regularização de responsabilidades financeiras do Estado a concessionárias de infraestruturas rodoviárias.

<sup>6</sup> "Taxas, multas e outras penalidades", "Venda de bens e serviços correntes" e "Venda de bens de investimento".

<sup>7</sup> Ver a síntese de execução orçamental de junho de 2011.

<sup>8</sup> Aprovada pela Lei n.º 11/90, de 5 de abril, alterada e republicada pela Lei n.º 50/2011, de 13 de setembro.

<sup>9</sup> Orçamento corrigido final (deduzido de cativos), o qual inclui os reforços previstos no 1.º e 2.º Orçamentos Retificativos e as alterações orçamentais da competência do Governo.

<sup>10</sup> Excluindo a verba de 1 000 milhões de euros inscrita no Orçamento do Estado para 2011 destinada à regularização de responsabilidades financeiras do Estado decorrentes da entrega equipamento militar, uma vez que esta operação veio a ser antecipada para 2010.

- Em termos de variação homóloga acumulada, o decréscimo mais acentuado da despesa efetiva e da despesa primária em dezembro de 2011 face ao mês precedente (por memória, -2,5% e -5,4%, respetivamente) resulta de um conjunto de fatores de impacto contrário na despesa.

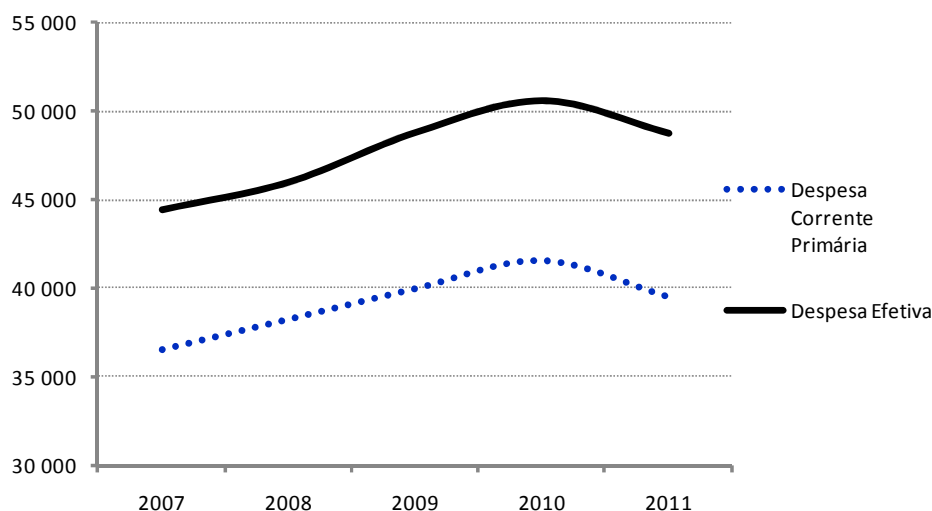
Assim, são de salientar os seguintes com impacto favorável na evolução da despesa:

- O efeito de base de 2010 associado à regularização de responsabilidades financeiras do Estado decorrentes da entrega equipamento militar, em dezembro de 2010, no montante de 1 001 milhões de euros; e
- A contribuição financeira para o orçamento da União Europeia, cujo contributo para a variação da despesa passou de +0,4 p.p. em novembro para -0,2 p.p. em dezembro, o que é justificado por um padrão de execução intra-anual próprio deste agregado de despesa.

Em sentido contrário, agindo no sentido do aumento da despesa, é de referir:

- A aceleração das transferências efetuadas a título de contribuição financeira do Estado para a CGA, que foi objeto de reforço orçamental em sede do 2.º Orçamento Retificativo de 2011;
  - O processamento, em dezembro de 2011, relativamente ao mesmo mês do ano precedente, de um nível mais elevado de indemnizações compensatórias atribuídas a empresas que prestam serviço público e de encargos com a bonificação de juros à aquisição de habitação própria; e
  - O aumento da despesa associada à regularização de responsabilidades financeiras do Estado na área das concessões rodoviárias; com efeito, foram transferidos, em dezembro de 2011, cerca de 258,6 milhões de euros neste âmbito. No conjunto do ano, estas despesas ascenderam a 848,8 milhões de euros.
- De referir que o nível de despesa efetiva de 2011 se situou sensivelmente ao mesmo nível do correspondente valor de 2009, enquanto que a despesa corrente primária foi inferior ao respectivo valor desse ano.

Gráfico 3 - Despesa Efetiva – janeiro a dezembro 2007 - 2011  
(milhões de euros)



Fonte: Ministério das Finanças

- Os principais factores que influenciaram a evolução da despesa do Estado de 2010 para 2011 foram os seguintes:
  - Decréscimo da despesa com pessoal em 9,6%. Considerando o efeito da reclassificação da despesa com saúde da ADSE em 2011, que passou a assumir a natureza de “aquisição de bens e serviços correntes”<sup>11</sup> (com a introdução da contribuição patronal para a ADSE, por força da Lei do OE/2011), a redução da despesa com pessoal seria de 5%, suportada, essencialmente, pela diminuição das remunerações certas e permanentes.
  - Crescimento da despesa com a aquisição de bens e serviços (+33,9%). Excluindo, em 2011, a despesa da ADSE referida no ponto anterior, a rubrica de “aquisição de bens e serviços correntes” registaria uma redução de 4,3%.
  - Aumento da despesa com juros e outros encargos (+21,5%), ainda assim inferior em 6,7 p.p. relativamente ao estimado para 2011 em sede de Relatório do OE/2012, em resultado, essencialmente, dos seguintes fatores:
    - Aumento dos juros recebidos das aplicações - as quais abatem ao total de juros - resultante de excedentes de tesouraria mais elevados do que o antecipado; e
    - Redução dos encargos com comissões devidas no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, em resultado da substituição dos empréstimos do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) por empréstimos no âmbito do Mecanismo Euro-

<sup>11</sup> Com efeito, sendo a contribuição patronal para a ADSE registada em “Despesas com pessoal - segurança social - encargos com saúde”, a contabilização da despesa final da ADSE com despesas com saúde nesta rubrica traduzir-se-ia numa duplicação. Assim, a despesa da ADSE foi reclassificada, a partir de 2011, para a rubrica “Aquisição de bens e serviços correntes - outros serviços de saúde”.



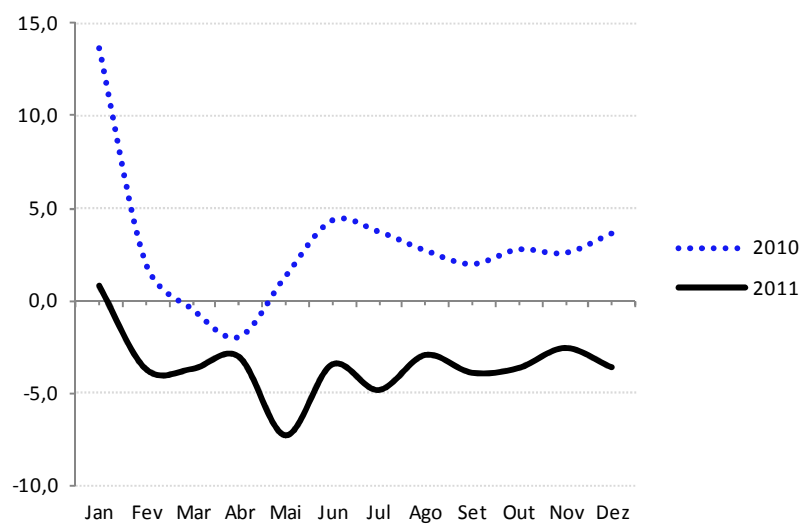
peu de Estabilidade Financeira (MEEF), em setembro e outubro, e do adiamento de empréstimos do FEEF e do MEEF de dezembro para janeiro de 2012.

- Diminuição das “transferências correntes” para:
  - A Segurança Social, no âmbito da respectiva lei de bases (-13%);
  - O Serviço Nacional de Saúde (-6,7%), incluindo, em ambos os anos, o montante transferido visando a regularização de dívidas dos subsistemas públicos de saúde;
  - A União Europeia, a título de contribuição financeira para o orçamento comunitário (-5,4%); e
  - A Administração Local (-4,3%), com destaque para as que são processadas no âmbito da Lei de Finanças Locais.

Este efeito foi parcialmente contrariado pelo acréscimo das transferências para a CGA, no sentido do equilíbrio financeiro do sistema de pensões (+12,1%).

- Decréscimo da despesa com subsídios (-13,9%), justificado pelo efeito de base associado aos encargos com subsídios concedidos, em 2010, a título de comparticipação pelo Estado nos apoios à instalação de painéis solares térmicos, bem como pela redução das verbas associadas à bonificação de juros à aquisição de habitação própria e à atribuição das indemnizações compensatórias como contrapartida da prestação de serviço público, sobretudo na área da comunicação social.
- Crescimento das “outras despesas correntes” (+31,4%), reflectindo o maior número de projectos dos estabelecimentos de ensino não superior financiados pelo Fundo Social Europeu, no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano.
- Diminuição da despesa com a aquisição de bens de capital (-71,3%), para a qual contribuiu em maior medida o já referido efeito de base de 2010 associado à regularização de responsabilidades financeiras do Estado decorrentes da entrega equipamento militar, no montante de 1 001 milhões de euros. Expurgando este efeito, a redução da despesa com investimentos situar-se-ia de 14,4%.
- Aumento das transferências de capital (+9,7%), por efeito da regularização de responsabilidades do Estado a concessionárias de infraestruturas rodoviárias, contrariado, parcialmente, pelo efeito de base associado à transferência de capital para o IAPMEI em 2010 no âmbito do reforço das linhas PME INVEST e outros instrumentos financeiros de apoio ao setor empresarial.

Gráfico 4 - Despesa Efectiva – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças

## SÍNTESE

### Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a dezembro)

	2010		2011		VH (%)	Contrib. VH (pp.)
	Milhões de euros		Grau de Execução (%)			
Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (ano de dezembro)						
Receita corrente	23.115,4	22.710,3	94,6	95,1	-1,8	-1,5
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4.180,8	3.933,7	97,4	94,8	-5,9	-0,9
Transferências correntes	16.374,3	16.149,1	97,2	97,7	-1,4	-0,8
Outras receitas correntes	2.560,2	2.627,5	77,4	82,2	2,6	0,3
Receita de capital	3.410,8	1.719,6	88,6	87,5	-49,6	-6,4
Receita Efectiva	26.526,2	24.429,8	93,8	94,6	-7,9	
Despesa corrente	23.173,6	22.210,6	93,8	94,2	-4,2	-3,9
Despesas com o pessoal	3.097,2	2.795,7	90,2	87,1	-9,7	-1,2
Aquisição de bens e serviços	9.042,9	8.254,8	99,7	97,1	-8,7	-3,2
Transferências correntes	10.369,0	10.609,3	94,8	96,3	2,3	1,0
Outras despesas correntes	664,5	550,7	52,8	65,0	-17,1	-0,5
Despesas de capital	1.257,9	1.316,7	61,2	66,7	4,7	0,2
Despesa Efectiva	24.431,5	23.527,3	91,3	92,1	-3,7	
Saldo global	2.094,7	902,5				
Por memória:						
Saldo corrente	-58,3	499,7				
Saldo de capital	2.152,9	402,8				
Saldo primário	2.108,6	932,9				

Fonte: Ministério das Finanças

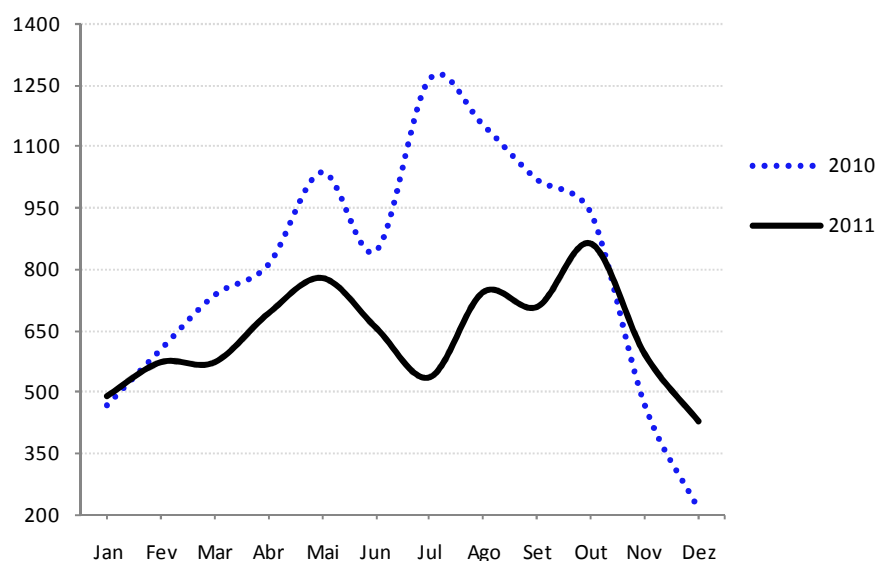
- O saldo global do subsector dos SFA<sup>12</sup>, incluindo o Serviço Nacional de Saúde (SNS), na óptica da contabilidade pública, atingiu os 902,5 milhões de euros, o que representa uma redução de 1 192,1 milhões de euros face ao período homólogo, explicado pelos comportamentos da receita e despesa, em -7,9% e -3,7%, respectivamente.
- Para o decréscimo do saldo global contribuiu o menor efeito em 2011 de incorporação do Fundo de Pensões da PT na Caixa Geral de Aposentações (CGA). Expurgada, em ambos os anos, essa operação, o saldo global regista um acréscimo de 213,2 milhões de euros.

<sup>12</sup> Os organismos em falta de reporte de execução orçamental, em dezembro de 2011, são:

Entidade Reguladora Para a Comunicação Social, Autoridade Nacional de Protecção Civil, Fundo de Intervenção Ambiental, Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos, Centro Hospitalar de Cascais, Escola Portuguesa de Díli, SAS - Instituto Politécnico de Viana do Castelo, UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento IP e UTL - Faculdade de Medicina Veterinária. Para 2010 foram considerados os valores da Conta de Gerência.

## Subsetor Serviços e Fundos Autónomos

Gráfico 5. – Evolução do saldo global do subsector dos SFA - Milhões de Euros



**Nota:** Excluída a incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA, em 2010 e 2011:

1.882,1 M€, em 2010, e 476,7 M€, em 2011.

**Fonte:** Ministério das Finanças

### Saldo Global dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a dezembro)

Serviços	2010	2011	Variação em 2011
	Milhões de Euros		
<b>Saldo Global</b>	<b>2.094,7</b>	<b>902,5</b>	<b>-1.192,1</b>
<i>dos quais:</i>			
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI)	562,1	269,9	-292,2
Caixa Geral de Aposentações (CGA)	1.677,5	185,8	-1.491,6
Serviço Nacional de Saúde (SNS)	-214,9	171,3	386,2
Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP)	-2,9	79,1	82,0
Fundo de Estabilização Tributário (FET)	63,6	55,0	-8,6
Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT)	44,8	44,3	-0,6
Autoridade Nac. do Medicamento e Prod. de Saúde (INFARMED)	20,1	29,5	9,4
Instituto de Turismo de Portugal (ITP)	37,5	25,0	-12,6
Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT)	10,9	19,9	9,1
Instituto de Gestão Financeira e Infra-Estruturas da Justiça	-17,1	-28,4	-11,3
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP)	-117,1	-85,5	31,7

Fonte: Ministério das Finanças

- A receita efetiva apresenta um decréscimo de 7,9% face a igual período do ano anterior, justificando sobretudo por via da receita de capital, nomeadamente devido à incorporação na CGA do Fundo de Pensões da PT e do efeito de base dos apoios à economia concedidos em 2010 e, igualmente, do menor volume de transferências do OE para os organismos que compõem o SNS.

- A descida de 3,7% na despesa efetiva, é justificada pela despesa corrente com destaque para aquisição de bens e serviços correntes e nas despesas com pessoal, sobretudo nos organismos do SNS.

### RECEITA

---

- A receita efetiva diminuiu devido sobretudo a variação negativa em:
  - Outras transferências de capital destinadas à CGA (- 1 261,2 milhões de euros), refletindo em 2011 o menor valor da compensação pela transmissão das responsabilidades dos Fundos de Pensões da PT;
  - Transferências de capital do OE no montante de 343,3 milhões de euros, destacando-se as destinadas: ao IAPMEI (263,0 milhões de euros) sobretudo pelo efeito base dos apoios à economia concedidos em 2010 por este organismo; ao Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação e Ciência (40,1 milhões de euros) em resultado das transferências efetuadas em 2010 para a Parque Escolar, EPE; à Fundação para a Ciência e Tecnologia (25,5 milhões de euros) reflexo da menor dotação prevista para 2011;
  - Transferências correntes provenientes do OE destinadas ao SNS em 597,8 milhões de euros, cujo decréscimo resulta da menor dotação inicial devido à implementação de medidas de contenção da despesa na área da saúde. Este efeito foi atenuado pelo aumento da comparticipação do OE para a CGA em 452,3 milhões de euros;
  - Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE, com uma redução de 247,1 milhões de euros, associada ao decréscimo da compensação por pagamento de pensões de entidades fora das Administrações Públicas (devido à integração na CGA dos fundos de pensões respectivos) e de quotas e contribuições para a CGA (aumento do número de aposentações e contenção remuneratória).
- Em sentido inverso, com impacto positivo na receita efetiva, destaca-se o acréscimo em:
  - Outras receitas correntes, sobretudo os rendimentos auferidos em aplicações financeiras, com destaque para os resultantes da carteira de títulos do fundo de pensões da PT (detida pela CGA) e para os rendimentos do Fundo de Regularização da Dívida Pública provenientes da alienação de Bilhetes do Tesouro;
  - Transferências correntes provenientes da União Europeia no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA), destinadas ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP).

### DESPESA

---

- A despesa efetiva diminuiu, essencialmente, devido à variação em:
  - Aquisição de bens e serviços, com particular destaque para o SNS (614,3 milhões de euros);
  - Despesas com o Pessoal, justificada em grande medida pela execução orçamental dos estabelecimentos do SNS e das instituições do Ensino Superior;

- Subsídios, cuja redução de 113 milhões de euros é explicada essencialmente pelo IEFP, I.P., resultante de alterações legislativas e de procedimentos introduzidas aos Programas de Estágios Profissionais e de Estímulo à Oferta de Emprego, bem como ao facto de ter deixado de ser organismo intermediário do Programa Operacional Potencial Humano.
- No sentido de pressionar em alta a despesa, refiram-se os seguintes fatores:
  - Transferências de capital para fora do perímetro das Administrações Públicas no valor de 170,5 milhões de euros, justificados principalmente pela operação de cessão de créditos relativa ao Fundo de Pensões da PT por parte da CGA;
  - Transferências correntes para entidades fora das Administrações Públicas, no montante de 159,9 milhões de euros, refletindo sobretudo a variação dos encargos com pensões e abonos da responsabilidade da CGA e de outras entidades.

## SÍNTESE

### Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde (janeiro a dezembro)

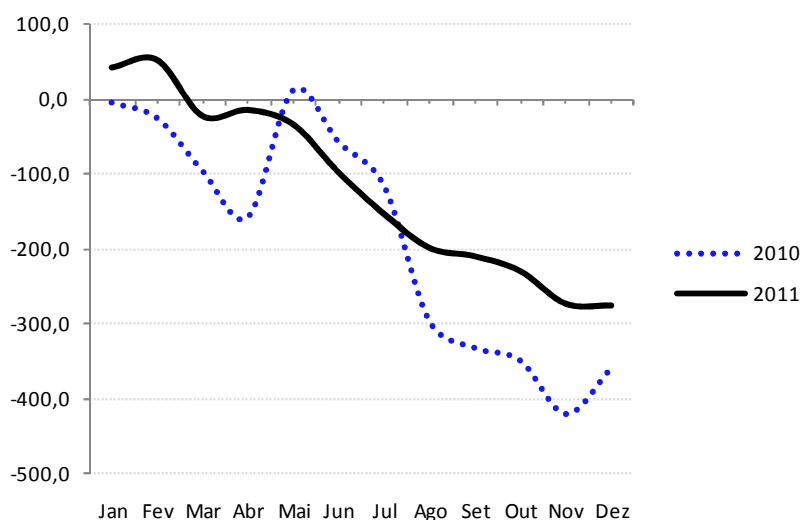
	2010	2011	VH (%)	Contrib. VH (%)
	Milhões de Euros			
<b>Receita</b>				
Transferência do Orçamento do Estado	8.848,7	8.251,8	-6,7	-6,5
Prestação serviços	128,7	107,4	-16,6	-0,2
Outros	190,5	224,7	18,0	0,4
<b>Receita cobrada</b>	<b>9.167,9</b>	<b>8.583,9</b>	<b>-6,4</b>	
<b>Despesa</b>				
Despesa com pessoal	1.083,2	982,3	-9,3	-1,1
Subcontratos	7.762,0	7.247,2	-6,6	-5,4
Outros	682,5	629,6	-7,8	-0,6
<b>Despesa total</b>	<b>9.527,7</b>	<b>8.859,1</b>	<b>-7,0</b>	
<b>Saldo global</b>	<b>-359,8</b>	<b>-275,2</b>		

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

- A informação avançada da execução financeira do Serviço Nacional de Saúde (SNS)<sup>13</sup> apresenta em 2011 um saldo de -275,2 milhões de euros. Em relação ao ano precedente, o saldo do SNS, embora negativo, regista uma redução de 84,6 milhões de euros.
- A receita decresceu 6,4% em 2011, em resultado da redução da transferência do Orçamento do Estado, parcialmente compensada pelo aumento da receita proveniente do subsídio de investimento e de outras receitas do SNS.
- A despesa registou um decréscimo de 7%, superior à redução da receita, influenciada pelo comportamento das rubricas de subcontratos e de despesas com pessoal.
- O gráfico seguinte evidencia a evolução do saldo global em 2010 e 2011. Constatase um agravamento do saldo do SNS nos três primeiros trimestres do ano, sendo que, no último trimestre, se verificou uma deterioração menos acentuada, com tendência para estabilização. Importa referir que a receita do SNS do OE é transferida por duodécimos, assumindo uma distribuição normal (1/12) ao longo dos meses, enquanto o registo da despesa nas entidades ocorre com maior expressão no último trimestre do ano.

<sup>13</sup> Isto é, considerando não apenas a despesa efetivamente realizada, mas igualmente os compromissos assumidos, de acordo com o princípio do “accrual basis accounting” (princípio da especialização ou do acréscimo).

Gráfico 6 - Saldo global do Serviço Nacional de Saúde – milhões de euros



Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

- Comparando a execução provisória com o objetivo fixado para 2011 apuram-se os seguintes desvios:
  - A execução da receita foi superior em 23,1 milhões de euros relativamente à previsão do ano, o que representa um desvio positivo de +0,3%;
  - A execução da despesa foi inferior à previsão do ano em 98 milhões de euros (-1,1% abaixo do previsto), para o que contribuíram, essencialmente, as rubricas de despesa com pessoal e de compras e serviços, que em conjunto, registam um desvio favorável de -165,5 milhões de euros.
- Face ao mês anterior, o saldo do SNS regista um agravamento de 2,3 milhões de euros, em resultado do aumento da despesa superior à variação da receita.
  - A variação mensal da receita em 888,1 milhões de euros decorre de:
    - Acréscimo das transferências obtidas do OE em 826 milhões de euros (+11,1%), que incluem, em dezembro, o pagamento de 150 milhões de euros, referente à dívida dos subsistemas de saúde públicos; e
    - Crescimento das outras receitas em 31,7%, que se deve à transferência, em dezembro, de 35 milhões de euros proveniente de convenções internacionais.
  - A variação mensal despesa em 890,4 milhões de euros resulta de:
    - Pagamentos no mês de dezembro com compras e imobilizações (pelas administrações regionais de saúde;
    - Fornecimentos e Serviços, essencialmente pagamentos com Sistemas de Informação / Tecnologias de Informação e comunicação (engloba toda a despesa do SNS com redes,



comunicações e sistemas de informação) pela Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.; e

- Outras despesas, particularmente pagamentos de convenções internacionais.

## RECEITA

- A receita registou um decréscimo de 6,4% em 2011 relativamente ao ano anterior, para o qual contribuíram os seguintes fatores:
  - A redução da transferência do Orçamento do Estado em 6,7%, no âmbito do financiamento do sistema de saúde;
  - O decréscimo da receita proveniente da prestação de serviços em 16,6%; e
  - O crescimento das outras receitas em 34,3%, decorrente, essencialmente, do acréscimo das transferências de verbas de Jogos Sociais para o SNS.

## DESPESA

- A despesa efetiva registou um decréscimo de 7%, para a qual contribuiu a redução da despesa com:
  - Pessoal (-9,3%), justificado essencialmente pelas administrações regionais de saúde, refletindo o efeito conjugado da redução da massa salarial (decorrente da aplicação das normas constantes da Lei do Orçamento do Estado para 2011) do aumento do número de aposentações e de uma gestão mais criteriosa das horas extraordinárias e dos suplementos remuneratórios;
  - Comparticipação de medicamentos (-18,7%), em resultado da política do medicamento em vigor, que se traduziu no decréscimo de preços, na revisão da tabela de comparticipações e no incremento do peso dos medicamentos genéricos. De referir, em particular no que respeita à despesa relativa à facturação de farmácias privadas, que esta rubrica manteve um decréscimo;
  - Hospitais E.P.E. (-4,9%), que reflete os efeitos dos planos de contenção da despesa iniciados em 2010, bem como as medidas de iniciativa central de redução da massa salarial bruta e de negociação do preço de medicamentos antiretrovirais, biológicos e oncológicos; e
  - Meios complementares de diagnóstico e terapêutica (-1,5%), que reflete o efeito da redução do preço das análises clínicas e do preço da imagiologia.
- Os outros subcontratos registam um decréscimo de -5,6%, enquanto os custos com as parcerias público-privadas revelam um acréscimo de 44,7%, resultante do aumento de encargos com a PPP de Braga e início (Junho) da nova parceria de Vila Franca de Xira.
- O crescimento da rubrica de “imobilizações” (+11,1%) deve-se, em grande parte, ao acréscimo verificado nos pagamentos relativos a imobilizado das administrações regionais de saúde do Norte, Centro e Lisboa e Vale do Tejo.

## SÍNTESE

### Execução orçamental da Segurança Social (janeiro a dezembro)

	2010	2011	2010	2011	VH (%)	
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2010	2011
<b>Receita corrente</b>	<b>23.829,4</b>	<b>23.530,9</b>	<b>99,9</b>	<b>98,0</b>	<b>4,4</b>	<b>-1,3</b>
Contribuições e quotizações	13.483,3	13.739,8	99,9	97,5	2,7	1,9
IVA Social	697,8	715,2	100,0	100,0	1,3	2,5
Transferências correntes da Administração Central	7.904,0	6.973,6	100,0	100,4	10,0	-11,8
Transferências do Fundo Social Europeu	910,2	1.150,7	100,0	85,5	-10,2	26,4
Outras receitas correntes	834,1	951,5	99,2	106,0	2,6	14,1
<b>Receita de capital</b>	<b>28,0</b>	<b>6,7</b>	<b>99,3</b>	<b>15,8</b>	<b>63,9</b>	<b>-76,0</b>
<b>Receita efetiva</b>	<b>23.857,4</b>	<b>23.537,6</b>	<b>99,9</b>	<b>97,9</b>	<b>4,4</b>	<b>-1,3</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>23.135,2</b>	<b>23.078,2</b>	<b>90,5</b>	<b>97,7</b>	<b>4,1</b>	<b>-0,2</b>
Pensões	14.011,9	14.449,3	100,0	99,5	4,1	3,1
Outras prestações sociais	6.841,0	6.308,2	100,1	97,5	3,4	-7,8
Outras despesas correntes	2.282,2	2.320,7	100,4	88,6	6,3	1,7
<b>Despesas de capital</b>	<b>33,1</b>	<b>30,1</b>	<b>99,9</b>	<b>57,1</b>	<b>-25,5</b>	<b>-9,1</b>
<b>Despesa efetiva</b>	<b>23.168,3</b>	<b>23.108,3</b>	<b>100,1</b>	<b>97,6</b>	<b>4,0</b>	<b>-0,3</b>
<b>Saldo global</b>	<b>689,1</b>	<b>429,3</b>				

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

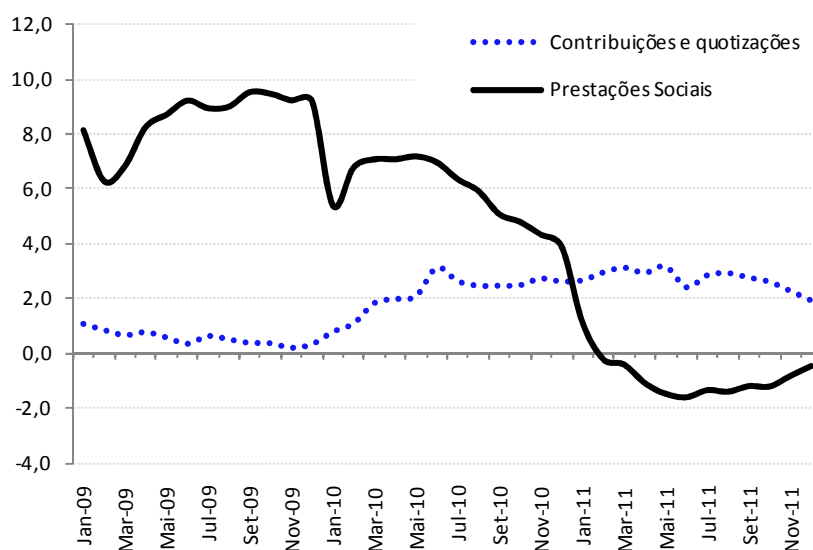
- O saldo global do subsetor da Segurança Social regista um excedente de 429,3 milhões de euros, menos 259,8 milhões de euros do que no ano transato.
- O decréscimo verificado na receita efetiva é determinado, essencialmente, pela diminuição das transferências correntes da Administração Central, efeito atenuado pelo melhor comportamento dos rendimentos e outras receitas (+96,1 milhões de euros que em 2010), das transferências da União Europeia/Fundo Social Europeu (+240,5 milhões de euros) e pelo aumento da receita proveniente de contribuições e quotizações, que registou um crescimento de 1,9%.

À semelhança do que se tem verificado nos últimos meses, em dezembro de 2011 observou-se um abrandamento do crescimento da receita de contribuições.

- A despesa efetiva registou uma redução de 0,3% face a 2010 devido, essencialmente, ao comportamento da despesa com as prestações sociais e com a administração que, registaram, respectivamente, um decréscimo de 95,5 milhões de euros e 38,1 milhões de euros.

Por outro lado, a variação da despesa das ações de formação profissional com suporte no Fundo Social Europeu registou um acréscimo no valor de 177,1 milhões de euros.

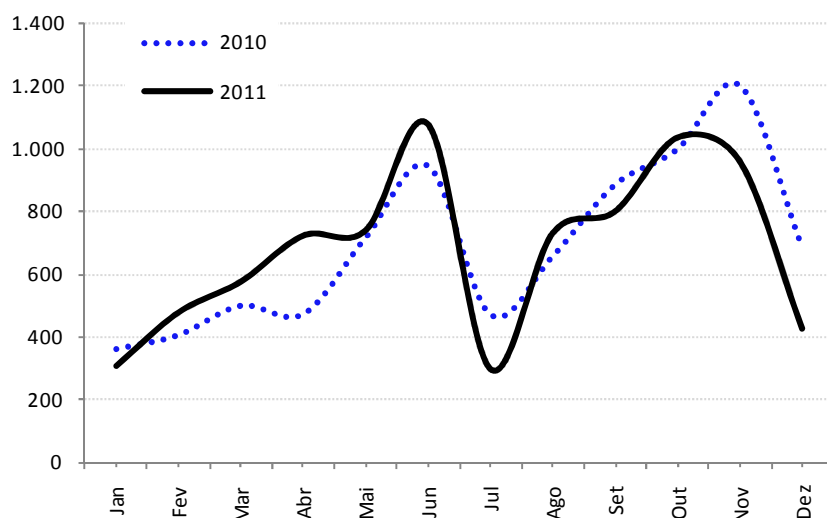
**Gráfico 7 - Contribuições, quotizações e prestações sociais - VH (%)**



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

- O gráfico seguinte evidencia a evolução do saldo global em 2010 e 2011.

**Gráfico 8 - Saldo global da Segurança Social – milhões de euros**



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

## RECEITA

---

- Os fatores que contribuem, em maior medida, para a redução da receita efetiva verificada são:
  - A redução das transferências provenientes do Orçamento do Estado em 13% decorrente da necessidade de menor financiamento no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social, em resultado das medidas de consolidação orçamental implementadas.

Este efeito é atenuado pelos acréscimos registados:

- Na receita de contribuições e quotizações.
- Nos “Rendimentos e Outras Receitas” e nas “Transferências do FSE e outras” no montante de 96,1 milhões de euros e 337,1 milhões de euros, respetivamente.

## DESPESA

---

- Para a redução da despesa efetiva concorrem essencialmente:
  - A despesa com subsídios à formação profissional em 1 387 milhões de euros com suporte no Fundo Social Europeu e na contribuição pública nacional (contribuindo com 0,8 p.p. para variação relativa da despesa efetiva)<sup>14</sup>, no que reflete um acréscimo de 179,5 milhões de euros face a 2010.
  - O decréscimo da despesa com prestações sociais em 95,5 milhões de euros (-0,5%), explicado pelo comportamento da despesa com o subsídio familiar a crianças e jovens, o subsídio desemprego e apoio ao emprego e os apoios concedidos no âmbito do Rendimento Social de Inserção. Este efeito é anulado parcialmente pelo aumento de 3,1% na despesa com pensões.
  - A redução das despesas de administração em 38,1 milhões de euros.
  - A redução das transferências para organismos autónomos, designadamente, para o emprego, higiene, formação profissional e educação, no montante de 102,8 milhões de euros.

---

<sup>14</sup> Note-se que este pagamentos ainda que reflectidos na despesa efectiva do OSS não tem impacto no saldo global corrigido no respeito pelo princípio da neutralidade dos fundos comunitários.

## SÍNTESE

- A Administração Regional registou, de janeiro a novembro de 2011, um saldo global de -6,5 milhões de euros, o que se traduziu num agravamento da situação orçamental em 46,3 milhões de euros, face ao valor registado até outubro, em resultado de um crescimento da despesa superior ao da receita efetiva. Esta deterioração do saldo orçamental tem um caráter cíclico, associado ao desfazamento entre o recebimento das transferências do OE (trimestral) e a periodicidade dos pagamentos efetuados (mensal). No entanto, quando comparado com o valor registado no final do III trimestre (-18,5 milhões de euros), assistiu-se a uma melhoria da situação deficitária deste sub-sector de 12 milhões de euros.

Execução orçamental da Administração Regional				(Milhões de euros)		
	Ano 2010	2011			VH (%)	
		Jan-Jun	Jan-Set	Jan-Nov	Jan-Jun	Jan-Set
Receita Efectiva	2.144,8	937,9	1.511,7	1.887,3	1,0	7,6
da qual:						
Receita Fiscal	1.157,8	505,4	824,2	1.026,3	-1,0	4,2
Transferências do OE	638,4	302,1	467,2	599,1	-9,2	13,4
União Europeia	180,0	69,7	123,4	150,7	88,1	24,5
Despesa efectiva	2.276,2	977,8	1.530,2	1.893,7	-0,5	5,5
da qual:						
Despesa Primária	2.225,2	951,4	1.486,8	1.843,6	-0,8	4,8
Despesa de Capital	410,6	146,9	243,9	282,8	-0,9	52,2
Saldo global	-131,4	-39,9	-18,5	-6,5		
Por memória :						
Saldo Primário	-80,4	-13,4	24,9	43,7		
Saldo Corrente	-191,2	16,6	1,4	-60,1		
Saldo Capital	59,8	-56,4	-19,9	53,6		
Necessidade de Financiamento						
Passivos Financeiros Líquidos de Amortizações	144,8	-5,1	-9,1	-13,7		
Alienação de Activos Financeiros Líquidos	-2,4	-4,9	-6,2	-7,6		
Utilização de Saldo de Gerência Anterior	-10,9	49,8	33,8	27,8		
Total do Financiamento*	131,4	39,9	18,5	6,5		

Fonte: Ministério das Finanças com base nos dados da RAA - DROT e RAM - SRPF.

\* Corresponde ao simétrico do Saldo Global

## RECEITA

- No período em análise, registou-se um crescimento da receita efetiva de 9,2%, o que se traduziu numa desaceleração de 5,1 p.p. face ao registado até ao mês anterior. Para esta evolução contribuiu, essencialmente:
  - A evolução da receita fiscal, que é a rubrica determinante da receita efetiva e que apresentou um crescimento de 14,4%;
  - A evolução das transferências do Estado, destacando as transferências extraordinárias para a Região Autónoma da Madeira efectuadas no âmbito da Lei de Meios para a reconstrução das zonas afectadas pelo temporal ocorrido em fevereiro de 2010 (45,8 milhões de euros até novembro de 2011)<sup>15</sup>.

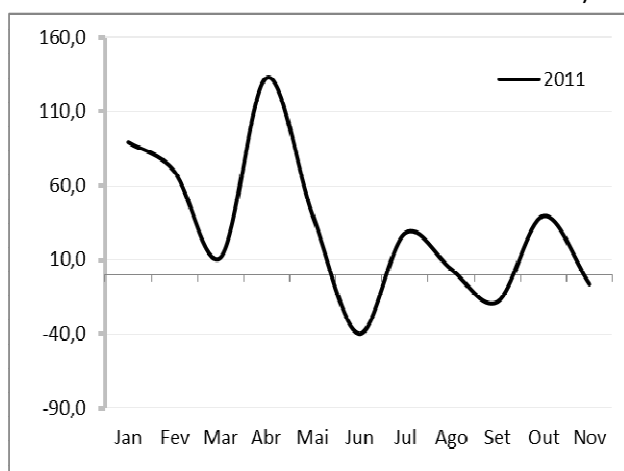


Gráfico 9 – Evolução do saldo global da Adm. Regional (M€)

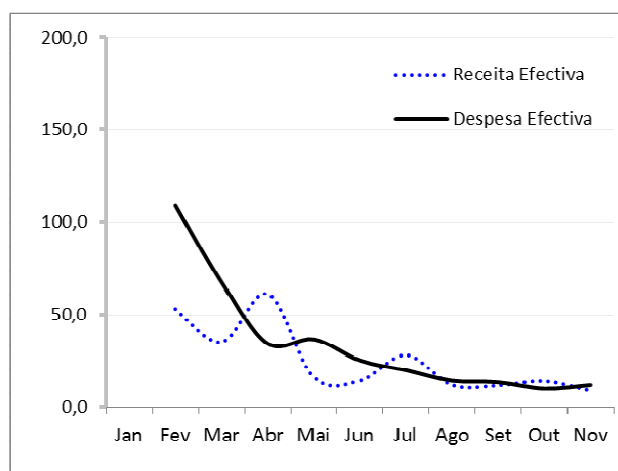


Gráfico 10 – Receita e despesa efetiva em 2011 – VM (%)

Fonte: Ministério das Finanças com base nos dados da RAA - DROT e RAM – SRPF

## DESPESA

- A despesa efetiva inverteu a trajetória decrescente registada nos últimos meses, tendo registado um crescimento de 12,2% (10,3% até Outubro). Para essa evolução contribuíram o crescimento:
  - Da despesa corrente em 13,2%, tendo as despesas com pessoal e de transferências apresentado um crescimento de 16,2% e 11%, respetivamente;
  - Da despesa de capital quer na aquisição e bens de capital, quer com transferências (0,4% e 0,7%, respetivamente).

<sup>15</sup> Estabelecido na alínea a) do nº 1 do artigo 4º da Lei Orgânica nº 2/2010 de 16 de Junho.

**2012**  
janeiro

Síntese da Execução Orçamental

**Informação Estatística**





Índice	Última actualização	Próxima actualização	Último valor disponível
<a href="#">Síntese Global</a>	20-jan-12	20-fev-12	-
<a href="#">Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas</a>	20-jan-12	20-fev-12	-
<a href="#">Execução Orçamental consolidada da Adminitração Central e Segurança Social</a>	20-jan-12	-	jan-dezembro 11
<a href="#">Execução Orçamental do Estado</a>	20-jan-12	20-fev-12	jan-dezembro 11
<a href="#">Receita do Estado</a>	20-jan-12	20-fev-12	jan-dezembro 11
<a href="#">Despesa do Estado - classificação económica</a>	20-jan-12	20-fev-12	jan-dezembro 11
<a href="#">Despesa do Estado - classificação funcional</a>	20-jan-12	20-fev-12	jan-dezembro 11
<a href="#">Despesa do Estado - classificação orgânica</a>	20-jan-12	20-fev-12	jan-dezembro 11
<a href="#">Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos</a>	20-jan-12	20-fev-12	jan-dezembro 11
<a href="#">Programas Orçamentais</a>	20-jan-12	20-fev-12	jan-dezembro 11
<a href="#">Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde</a>	20-jan-12	20-fev-12	jan-dezembro 11
<a href="#">Administração Regional</a>	20-jan-12	20-fev-12	jan-novembro 11
<a href="#">Administração Local</a>	21-nov-11	20-fev-12	jan-setembro 11
<a href="#">Execução Orçamental da Segurança Social</a>	20-jan-12	20-fev-12	jan-dezembro 11
<a href="#">Dívida não Financeira da Administração Pública</a>	20-jan-12	20-fev-12	jan-dezembro 11
<a href="#">Execução orçamental da Caixa Geral de Aposentações</a>	20-jan-12	20-fev-12	jan-dezembro 11
<a href="#">Indicadores físicos do sistema de protecção social da Função Pública</a>	20-jan-12	20-fev-12	dezembro 11
Glossário			



## Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Os valores de execução orçamental correspondem aos divulgados no respetivo período (publicação mensal), podendo, em alguns casos, terem ocorrido ajustamentos à posteriori em sede de apuramento definitivo.

### Evolução da Receita, Despesa e Saldo do Estado (valores acumulados) € Milhões

		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	janeiro	2.788,5	3.416,8	-628,3	-13,7%	-5,1%
	fevereiro	6.024,3	6.931,3	-907,0	-8,9%	3,7%
	março	7.958,9	10.314,7	-2.355,8	-11,1%	4,9%
	abril	9.657,3	14.509,5	-4.852,2	-16,6%	4,4%
	maio	13.960,0	18.290,7	-4.330,7	-17,8%	4,2%
	junho	16.105,0	23.410,8	-7.305,8	-20,7%	5,4%
	julho	19.114,6	27.685,0	-8.570,4	-18,8%	3,7%
	agosto	22.350,5	31.063,1	-8.712,6	-15,4%	4,1%
	setembro	26.045,7	35.133,4	-9.087,7	-12,8%	5,0%
	outubro	28.072,3	39.746,3	-11.674,0	-14,1%	5,8%
	novembro	30.963,7	44.035,1	-13.071,4	-13,9%	4,6%
	dezembro	34.708,2	48.765,5	-14.057,3	-15,0%	6,0%
2010	janeiro	2.720,0	3.882,4	-1.162,4	-4,4%	13,6%
	fevereiro	5.831,0	7.073,2	-1.242,2	-3,5%	2,0%
	março	7.897,9	10.271,0	-2.373,1	-0,4%	-0,4%
	abril	9.668,4	14.230,3	-4.561,9	0,2%	-1,9%
	maio	14.112,0	18.536,3	-4.424,3	1,3%	1,3%
	junho	16.665,9	24.428,9	-7.763,0	3,5%	4,3%
	julho	19.820,9	28.723,6	-8.902,7	3,6%	3,8%
	agosto	22.723,9	31.913,6	-9.189,7	1,8%	2,7%
	setembro	26.519,7	35.837,4	-9.317,7	1,9%	2,0%
	outubro	28.971,4	40.856,4	-11.885,1	3,2%	2,8%
	novembro	32.242,0	45.181,2	-12.939,2	4,0%	2,6%
	dezembro	36.287,1	50.565,4	-14.278,3	4,5%	3,7%
2011	janeiro	3.128,4	3.915,4	-787,0	14,4%	0,9%
	fevereiro	6.442,0	6.815,6	-373,6	10,0%	-3,6%
	março	8.877,3	9.896,4	-1.019,1	15,0%	-3,6%
	abril	11.265,8	13.804,9	-2.539,1	17,4%	-3,0%
	maio	15.089,6	17.195,5	-2.105,9	6,9%	-7,2%
	junho	17.445,7	23.597,2	-6.151,5	4,8%	-3,4%
	julho	20.662,2	27.349,0	-6.686,8	4,4%	-4,8%
	agosto	23.787,6	30.989,9	-7.202,3	4,8%	-2,9%
	setembro	27.896,7	34.458,2	-6.561,5	5,1%	-3,8%
	outubro	30.484,2	39.384,4	-8.900,2	5,2%	-3,6%
	novembro	34.141,3	44.043,1	-9.901,8	5,9%	-2,5%
	dezembro	41.537,2	48.731,7	-7.194,5	14,5%	-3,6%

Nota: Os valores da receita do Estado correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objecto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Fonte: Ministério das Finanças

## Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo dos Serviços e Fundos Autónomos (valores acumulados)					€ Milhões	
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	janeiro	1.835,4	1.407,3	428,2	8,7%	9,3%
	fevereiro	3.813,0	3.096,4	716,6	8,1%	7,7%
	março	5.677,9	4.866,3	811,6	5,2%	3,9%
	abril	7.513,0	6.710,6	802,4	2,1%	4,3%
	maio	9.432,2	8.522,3	909,8	1,6%	4,5%
	junho	11.600,6	10.876,0	724,6	5,9%	5,3%
	julho	14.081,9	13.120,9	961,0	5,4%	3,6%
	agosto	15.849,2	15.027,5	821,7	5,4%	4,9%
	setembro	17.719,1	16.910,5	808,6	5,8%	5,3%
	outubro	19.937,4	19.038,4	899,0	6,3%	5,5%
	novembro	22.221,2	21.736,6	484,6	5,1%	5,6%
	dezembro	25.645,0	25.017,0	628,0	5,8%	4,9%
2010	janeiro	1.844,5	1.377,9	466,6	0,5%	-2,1%
	fevereiro	3.594,8	2.992,4	602,3	-5,7%	-3,0%
	março	5.381,0	4.645,9	735,1	-5,2%	-4,3%
	abril	7.107,3	6.297,7	809,6	-5,4%	-6,2%
	maio	8.956,3	7.920,8	1.035,5	-5,1%	-7,1%
	junho	11.011,7	10.169,0	842,8	-5,1%	-6,5%
	julho	13.871,4	12.608,5	1.262,9	-2,3%	-4,7%
	agosto	15.618,2	14.468,6	1.149,6	-2,4%	-4,7%
	setembro	17.486,6	16.469,7	1.016,9	-2,3%	-3,6%
	outubro	19.268,2	18.333,4	934,8	-3,4%	-3,7%
	novembro	21.717,4	21.250,7	466,7	-2,3%	-2,2%
	dezembro	26.526,2	24.431,5	2.094,7	3,4%	-2,3%
2011	janeiro	1.972,0	1.466,7	505,3	6,9%	6,4%
	fevereiro	3.835,6	3.102,8	732,8	6,7%	3,7%
	março	5.699,7	4.828,7	871,0	5,9%	3,9%
	abril	7.495,9	6.505,0	991,0	5,5%	3,3%
	maio	9.525,5	8.447,5	1.078,0	6,4%	6,6%
	junho	11.567,7	10.461,2	1.106,4	5,0%	2,9%
	julho	13.788,5	12.804,1	984,3	-0,6%	1,6%
	agosto	15.859,1	14.665,2	1.193,9	1,5%	1,4%
	setembro	17.587,2	16.429,7	1.157,5	0,6%	-0,2%
	outubro	19.633,8	18.321,2	1.312,7	1,9%	-0,1%
	novembro	21.972,9	20.931,8	1.041,2	1,2%	-1,5%
	dezembro	24.429,8	23.527,3	902,5	-7,9%	-3,7%

Nota: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objecto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Fonte: Ministério das Finanças

## Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

### Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Segurança Social (valores acumulados)

€ Milhões

		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	janeiro	1.926,4	1.541,6	384,8	-3,5%	8,1%
	fevereiro	3.710,7	3.105,0	605,7	1,8%	5,3%
	março	5.389,3	4.684,9	704,5	1,8%	6,7%
	abril	7.235,4	6.351,0	884,4	0,5%	8,6%
	maio	9.122,5	8.018,3	1.104,2	2,8%	9,7%
	junho	10.933,3	9.754,6	1.178,7	2,7%	10,6%
	julho	12.876,9	12.410,4	466,5	2,8%	10,1%
	agosto	14.762,8	14.134,7	628,1	2,9%	10,3%
	setembro	16.879,9	15.878,0	1.001,9	5,3%	10,9%
	outubro	18.666,8	17.667,8	999,0	4,7%	11,0%
	novembro	20.569,0	19.471,9	1.097,1	5,5%	10,8%
	dezembro	22.849,1	22.269,7	579,4	5,5%	11,1%
2010	janeiro	1.981,8	1.617,6	364,2	2,8%	4,8%
	fevereiro	3.720,4	3.310,9	409,5	0,4%	6,6%
	março	5.570,6	5.068,0	502,6	3,4%	8,2%
	abril	7.451,1	6.975,0	476,1	3,0%	9,7%
	maio	9.503,6	8.783,6	720,0	4,2%	9,5%
	junho	11.484,1	10.535,9	948,2	5,0%	8,0%
	julho	13.808,6	13.334,5	474,1	7,2%	7,4%
	agosto	15.765,1	15.104,6	660,5	6,8%	6,9%
	setembro	17.725,4	16.838,5	886,9	5,0%	6,0%
	outubro	19.600,1	18.601,2	998,9	5,0%	5,3%
	novembro	21.586,4	20.382,3	1.204,1	4,9%	4,7%
	dezembro	23.836,2	23.185,3	651,0	4,3%	4,1%
2011	janeiro	1.994,8	1.684,3	310,5	0,7%	4,1%
	fevereiro	3.852,9	3.371,5	481,4	3,5%	1,8%
	março	5.746,6	5.167,0	579,7	3,1%	1,9%
	abril	7.632,5	6.906,1	726,4	2,4%	-1,0%
	maio	9.505,6	8.762,4	743,2	0,0%	-0,3%
	junho	11.648,7	10.567,6	1.081,1	1,4%	0,3%
	julho	13.634,4	13.333,7	300,7	-1,3%	0,0%
	agosto	15.810,3	15.076,2	734,1	0,3%	-0,2%
	setembro	17.635,3	16.831,6	803,7	-0,5%	0,0%
	outubro	19.602,8	18.563,9	1.038,9	0,0%	-0,2%
	novembro	21.327,9	20.364,8	963,1	-1,2%	-0,1%
	dezembro	23.537,6	23.108,3	429,3	-1,3%	-0,3%

Nota: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objecto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

## Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Administração Local (valores acumulados)					€ Milhões	
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2008	I TR	1.414,3	1.340,2	74,1	5,4%	5,5%
	II TR	3.297,1	3.158,9	138,2	4,4%	7,7%
	III TR	4.910,9	4.818,3	92,6	-1,6%	3,6%
	IV TR	7.010,8	7.321,2	-310,4	0,5%	7,3%
2009	I TR	1.452,3	1.426,8	25,5	2,7%	6,5%
	II TR	3.434,1	3.420,6	13,5	4,2%	8,3%
	III TR	5.088,0	5.411,0	-323,0	3,6%	12,3%
	IV TR	7.022,3	7.660,6	-638,3	0,2%	4,6%
2010	I TR	1.371,0	1.370,2	0,8	-5,6%	-4,0%
	II TR	3.405,3	3.247,1	158,2	-0,8%	-5,1%
	III TR	5.072,6	4.926,0	146,6	-0,3%	-9,0%
	IV TR	7.152,7	7.088,9	63,9	1,9%	-7,5%
2011	I TR	1.428,2	1.400,0	28,2	4,2%	2,2%
	II TR	3.440,7	3.229,0	211,7	1,0%	-0,6%
	III TR	5.007,7	4.823,8	183,8	-1,3%	-2,1%

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIIAL (2011 e 2010), DOMUS - DGO (2009 e 2008); Universo comparável: 303 municípios.

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Administração Regional (valores acumulados)					€ Milhões	
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2008	I TR	404,4	375,2	29,1	-4,9%	0,4%
	II TR	937,0	919,1	17,9	-5,6%	1,9%
	III TR	1.417,7	1.636,5	-218,8	-1,8%	18,4%
	IV TR	2.115,8	2.287,2	-171,4	-2,2%	5,5%
2009	I TR	397,5	386,9	10,6	-1,7%	3,1%
	II TR	865,5	960,6	-95,2	-7,6%	4,5%
	III TR	1.342,5	1.461,1	-118,6	-5,3%	-10,7%
	IV TR	2.001,8	2.148,8	-147,0	-5,4%	-6,1%
2010	I TR	406,3	430,7	-24,4	2,2%	11,3%
	II TR	869,9	951,0	-81,2	0,5%	-1,0%
	III TR	1.404,4	1.451,0	-46,7	4,6%	-0,7%
	IV TR	2.144,8	2.276,2	-131,4	7,1%	5,9%
2011	janeiro	210,8	121,2	89,6	-	-
	fevereiro	322,9	253,2	69,7	-	-
	março	436,2	424,5	11,6	7,3%	-1,4%
	abril	703,6	570,5	133,1	-	-
	maio	819,0	779,3	39,7	-	-
	junho	937,9	977,8	-39,9	7,8%	2,8%
	julho	1.202,9	1.174,8	28,1	-	-
	agosto	1.349,3	1.345,6	3,7	-	-
	setembro	1.511,7	1.530,2	-18,5	7,6%	5,5%
	outubro	1.727,9	1.688,1	39,8	-	-
	novembro	1.887,3	1.893,7	-6,5	-	-

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores

## Conta Consolidada da Administração Central e Segurança Social

### Conta Consolidada da Administração Central e Segurança Social - Comparação com o Objectivo do OE11

	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)
	Objectivo do OE/2011	janeiro a dezembro 2011	
<b>Receita corrente</b>	<b>61.420,5</b>	<b>60.713,0</b>	<b>98,8%</b>
Impostos directos	13.794,0	15.000,9	108,7%
Impostos indirectos	20.849,1	20.318,2	97,5%
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	18.876,6	18.138,6	96,1%
Transferências correntes	2.508,1	2.087,4	83,2%
Administrações Públicas	67,6	66,1	97,8%
Outras	2.440,5	2.021,2	82,8%
Outras receitas correntes	5.392,6	5.167,9	95,8%
<b>Receita de capital</b>	<b>2.229,1</b>	<b>4.951,5</b>	<b>222,1%</b>
Transferências de capital	1.142,9	4.602,8	402,7%
Administrações Públicas	8,8	9,7	110,0%
Outras	1.134,0	4.593,1	405,0%
Outras receitas de capital	1.086,2	348,7	32,1%
<b>Receita efectiva</b>	<b>63.649,6</b>	<b>65.664,5</b>	<b>103,2%</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>67.558,3</b>	<b>67.386,5</b>	<b>99,7%</b>
Despesas com o pessoal	13.066,2	13.393,4	102,5%
Aquisição de bens e serviços	9.836,1	10.169,5	103,4%
Juros e outros encargos	6.323,0	6.072,0	96,0%
Transferências correntes	34.540,7	35.173,7	101,8%
Administrações Públicas	2.019,6	2.015,4	99,8%
Outras	32.521,2	33.158,3	102,0%
Subsídios	2.702,6	1.805,8	66,8%
Outras despesas correntes	1.089,7	772,1	70,9%
<b>Despesa de capital</b>	<b>5.264,3</b>	<b>4.140,7</b>	<b>78,7%</b>
Investimento	1.222,3	768,9	62,9%
Transferências de capital	3.939,5	3.329,5	84,5%
Administrações Públicas	1.497,8	1.430,7	95,5%
Outras	2.441,6	1.898,8	77,8%
Outras despesas de capital	102,6	42,4	41,4%
<b>Despesa efectiva</b>	<b>72.822,7</b>	<b>71.527,2</b>	<b>98,2%</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-9.173,1</b>	<b>-5.862,7</b>	
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	-6.137,9	-6.673,5	
Saldo de capital	-3.035,2	810,8	
Saldo primário	-2.850,0	209,3	

Fonte: Ministério das Finanças

## Execução Orçamental do Estado

### Execução Orçamental do Estado (janeiro a dezembro)

€ Milhões

	2010	2011	VH (%)	Contrib. VH
<b>Receita corrente</b>	<b>35.462,2</b>	<b>37.916,4</b>	<b>6,9</b>	<b>6,8</b>
Receitas fiscais	32.289,7	34.242,0	6,0	5,4
Impostos diretos	13.569,1	14.981,3	10,4	3,9
Impostos indiretos	18.720,6	19.260,7	2,9	1,5
Outras receitas correntes	3.172,5	3.674,4	15,8	1,4
<b>Receita de capital</b>	<b>824,9</b>	<b>3.620,8</b>	<b>338,9</b>	<b>7,7</b>
<b>Receita efetiva</b>	<b>36.287,1</b>	<b>41.537,2</b>	<b>14,5</b>	
<b>Despesa corrente</b>	<b>46.573,8</b>	<b>45.578,0</b>	<b>-2,1</b>	<b>-2,0</b>
Despesas com o pessoal	11.383,3	10.295,5	-9,6	-2,2
Aquisição de bens e serviços	1.357,0	1.817,6	33,9	0,9
Juros e outros encargos	4.971,7	6.039,2	21,5	2,1
Transferências correntes	27.755,7	26.288,8	-5,3	-2,9
Administrações Públicas	24.715,0	23.489,4	-5,0	-2,4
Outras	3.040,7	2.799,4	-7,9	-0,5
Subsídios	698,8	601,6	-13,9	-0,2
Outras despesas correntes	407,2	535,3	31,4	0,3
<b>Despesa de capital</b>	<b>3.991,6</b>	<b>3.153,8</b>	<b>-21,0</b>	<b>-1,7</b>
Investimento	1.505,7	432,0	-71,3	-2,1
Transferências de capital	2.469,3	2.708,2	9,7	0,5
Administrações Públicas	2.191,2	1.755,1	-19,9	-0,9
Outras	278,2	953,1	242,6	1,3
Outras despesas de capital	16,6	13,5	-18,4	0,0
<b>Despesa efetiva</b>	<b>50.565,4</b>	<b>48.731,7</b>	<b>-3,6</b>	
<b>Saldo global</b>	<b>-14.278,3</b>	<b>-7.194,5</b>		
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-11.111,6	-7.661,6		
Saldo de capital	-3.166,7	467,0		
Saldo primário	-9.306,6	-1.155,3		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	2.088,2	9.842,1		

Fonte: Ministério das Finanças



## Receita do Estado

### Receita do Estado (janeiro a dezembro)

	2010	2011	2010	2011	VH (%)		Contrib. VH (%)	
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2010	2011	2010	2011
<b>Receita fiscal</b>	<b>32.289,7</b>	<b>34.242,0</b>	<b>104,1</b>	<b>99,6</b>	<b>5,3</b>	<b>6,0</b>	<b>4,7</b>	<b>5,4</b>
Impostos Diretos	13.569,1	14.981,3	101,9	102,5	0,6	10,4	0,2	3,9
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	8.936,7	9.794,9	98,8	94,0	-0,2	9,6	0,0	2,4
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)	4.591,6	5.138,0	109,3	122,9	1,1	11,9	0,1	1,5
Outros	40,8	48,4	60,5	432,1	-	18,6	-	0,0
Impostos Indiretos	18.720,6	19.260,7	105,7	97,4	9,1	2,9	4,5	1,5
Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	2.406,1	2.310,4	97,4	96,5	-1,2	-4,0	-0,1	-0,3
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	12.145,9	12.994,9	107,8	97,8	11,6	7,0	3,6	2,3
Imposto sobre Veículos (ISV)	809,1	626,5	114,0	79,3	16,7	-22,6	0,3	-0,5
Imposto de consumo sobre o tabaco	1.428,7	1.446,7	121,1	107,2	25,3	1,3	0,8	0,0
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	182,0	172,7	98,4	89,0	1,1	-5,1	0,0	0,0
Imposto do selo	1.538,7	1.483,2	90,9	97,6	-6,9	-3,6	-0,3	-0,2
Imposto Único de Circulação (IUC)	151,2	173,6	108,0	108,5	17,8	14,8	0,1	0,1
Outros	58,9	52,7	93,0	69,8	15,0	-10,5	0,0	0,0
<b>Receita não fiscal</b>	<b>3.997,4</b>	<b>7.295,2</b>	<b>73,9</b>	<b>133,2</b>	<b>-1,6</b>	<b>82,5</b>	<b>-0,2</b>	<b>9,1</b>
Correntes	3.172,5	3.674,4	85,2	86,8	-9,7	15,8	-1,0	1,4
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	234,0	465,1	93,1	79,5	1,3	98,8	0,0	0,6
Comparticipações para a ADSE	215,4	444,8	93,7	79,1	3,1	106,5	0,0	0,6
Outros	18,6	20,3	86,9	88,6	-15,5	9,1	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	590,3	669,3	80,1	94,3	1,6	13,4	0,0	0,2
Taxas	309,7	359,9	76,5	88,8	-2,9	16,2	0,0	0,1
Juros de mora e compensatórios	111,5	98,6	124,2	90,5	-13,2	-11,6	0,0	0,0
Multas do Código da Estrada	47,7	85,3	50,2	147,3	-31,4	78,8	-0,1	0,1
Outras multas e penalidades diversas	121,4	125,5	82,2	91,2	89,4	3,4	0,2	0,0
Rendimentos da Propriedade	473,5	324,5	108,8	80,3	-21,3	-31,5	-0,4	-0,4
Juros	13,3	82,1	120,9	202,2	-48,6	517,3	0,0	0,2
Dividendos e participações nos lucros	458,4	240,3	108,6	66,5	-20,2	-47,6	-0,3	-0,6
Outros	1,8	2,1	90,0	105,0	-10,0	16,7	0,0	0,0
Transferências Correntes	1.009,4	1.219,2	74,1	76,0	-12,3	20,8	-0,4	0,6
Administrações públicas	891,1	1.138,9	77,7	77,9	1,6	27,8	0,0	0,7
Exterior	104,3	67,4	54,4	56,5	-59,9	-35,4	-0,4	-0,1
Outros	14,0	12,9	60,9	59,4	0,7	-7,9	0,0	0,0
Venda de Bens e Serviços Correntes	416,4	429,6	87,4	108,1	-10,8	3,2	-0,1	0,0
Outras Receitas Correntes	181,1	334,8	83,2	117,5	57,8	84,9	0,2	0,4
Prémios e taxas por garantias de riscos	83,6	140,4	140,5	237,2	104,4	67,9	0,1	0,2
Outros	97,5	194,4	61,7	86,1	31,9	99,4	0,1	0,3
Recursos Próprios Comunitários	177,4	167,6	100,9	94,9	15,3	-5,5	0,1	0,0
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	90,4	64,3	131,4	88,2	-57,7	-28,9	-0,4	-0,1
Capital	824,9	3.620,8	48,9	291,2	50,1	338,9	0,8	7,7
Venda de Bens de Investimento	169,4	17,3	40,2	4,3	-5,6	-89,8	0,0	-0,4
Transferências de Capital	93,7	3.318,5	34,9	2.517,8	32,9	3.441,6	0,1	8,9
Administrações públicas	44,9	25,7	138,2	146,0	22,0	-42,8	0,0	-0,1
Exterior	44,6	20,8	18,9	18,2	53,8	-53,4	0,0	-0,1
Outros	4,2	3.272,0	-	-	-10,6	77.804,8	0,0	9,0
Outras Receitas de Capital	95,0	67,5	16,3	12,6	-	-28,9	-	-0,1
Saldo da Gerência Anterior	466,8	217,5	112,6	123,9	43,3	-53,4	0,4	-0,7
<b>Receita efetiva</b>	<b>36.287,1</b>	<b>41.537,2</b>	<b>99,6</b>	<b>104,2</b>	<b>4,5</b>	<b>14,5</b>		
<i>Por memória:</i>								
Ativos Financeiros	822,5	2.146,5						
Alienação de partes sociais de empresas	722,6	600,0						
Outros ativos	99,9	1.546,5						

Notas: Valores registados no Sistema Central de Receitas (SCR). Os valores de 2011 são provisórios, sendo os de 2010 definitivos.

As cobranças líquidas negativas, ou inferiores ao mês anterior, resultam de estornos ou de pagamentos de reembolso e/ou restituição.

## Despesa do Estado - Classificação Económica

Despesa do Estado, por Classificação Económica (janeiro a dezembro)

Por memória:

	2010	2011	2010	2011	VH (%)		Contrib. VH (%)		Despesa de anos anteriores	
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>Despesa corrente</b>	<b>46.573,8</b>	<b>45.578,0</b>	<b>97,5</b>	<b>97,6</b>	<b>3,5</b>	<b>-2,1</b>	<b>3,2</b>	<b>-2,0</b>	<b>164,4</b>	<b>220,0</b>
Despesas com o pessoal	11.383,3	10.295,5	98,3	98,7	-0,9	-9,6	-0,2	-2,2	74,6	110,0
Remunerações Certas e Permanentes	8.445,3	7.825,6	98,6	98,9	1,1	-7,3	0,2	-1,2	20,3	8,8
Abonos Variáveis ou Eventuais	531,9	436,7	96,6	94,5	-4,1	-17,9	0,0	-0,2	4,0	7,0
Segurança social	2.406,1	2.033,2	97,7	98,7	-6,6	-15,5	-0,3	-0,7	50,3	94,2
Aquisição de bens e serviços correntes	1.357,0	1.817,6	85,2	87,3	-2,4	33,9	-0,1	0,9	37,2	56,3
Juros e outros encargos	4.971,7	6.039,2	90,4	94,8	-0,7	21,5	-0,1	2,1		
Transferências correntes	27.755,7	26.288,8	99,4	99,3	6,9	-5,3	3,7	-2,9	51,2	52,6
Administrações Públicas	24.715,0	23.489,4	99,6	99,7	6,2	-5,0	2,9	-2,4	11,6	12,9
Administração Central	14.981,5	14.835,3	99,5	99,7	4,7	-1,0	1,4	-0,3		
Administração Regional	0,0		-	-	-	-	-	-		
Administração Local	1.974,1	1.889,6	99,6	99,0	2,2	-4,3	0,1	-0,2	11,6	12,9
Segurança Social	7.759,5	6.764,5	100,0	100,0	10,2	-12,8	1,5	-2,0		
Outras transferências correntes	3.040,7	2.799,4	97,6	96,3	13,6	-7,9	0,7	-0,5	39,6	39,6
Subsídios	698,8	601,6	96,5	97,2	-11,0	-13,9	-0,2	-0,2	0,1	0,0
Outras despesas correntes	407,2	535,3	86,2	75,2	2,5	31,4	0,0	0,3	1,2	1,1
<b>Despesa corrente primária</b>	<b>41.602,1</b>	<b>39.538,7</b>	<b>98,4</b>	<b>98,1</b>	<b>4,0</b>	<b>-5,0</b>	<b>3,3</b>	<b>-4,1</b>	<b>164,4</b>	<b>220,0</b>
<b>Despesa de capital</b>	<b>3.991,6</b>	<b>3.153,8</b>	<b>88,9</b>	<b>90,6</b>	<b>6,3</b>	<b>-21,0</b>	<b>0,5</b>	<b>-1,7</b>	<b>5,7</b>	<b>7,5</b>
Investimento	1.505,7	432,0	78,5	63,5	131,8	-71,3	1,8	-2,1	5,7	7,3
Transferências de capital	2.469,3	2.708,2	96,7	97,3	-20,0	9,7	-1,3	0,5	0,0	0,1
Administrações Públicas	2.191,2	1.755,1	96,7	96,4	-22,5	-19,9	-1,3	-0,9	0,0	0,0
Administração Central	733,8	384,8	92,5	87,0	-46,5	-47,6	-1,3	-0,7		
Administração Regional	616,7	600,0	100,0	100,0	2,2	-2,7	0,0	0,0		
Administração Local	836,8	767,6	98,8	99,4	-0,6	-8,3	0,0	-0,1		0,0
Segurança Social	4,0	2,7	51,5	42,1	-62,7	-31,6	0,0	0,0		
Outras transferências de capital	278,2	953,1	96,0	99,0	7,1	242,6	0,0	1,3		0,1
Outras despesas de capital	16,6	13,5	80,7	77,1	-4,9	-18,4	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Despesa efetiva</b>	<b>50.565,4</b>	<b>48.731,7</b>	<b>96,7</b>	<b>97,1</b>	<b>3,7</b>	<b>-3,6</b>			<b>170,1</b>	<b>227,4</b>
<i>Por memória:</i>										
Ativos financeiros	2.188,1	11.388,6								
Passivos financeiros	113.927,1	101.585,2								
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública	2.230,8									

Fonte: Ministério das Finanças

## Despesa do Estado - Classificação Funcional

### Despesa do Estado, por classificação funcional (janeiro a dezembro)

	2010	2011	2010	2011
	Milhões de Euros		Estrutura (%)	
<b>Funções Gerais de Soberania</b>	<b>8.268,3</b>	<b>7.223,0</b>	<b>16,4</b>	<b>14,8</b>
Serviços Gerais da Administração Pública	1.945,9	1.752,6	3,8	3,6
Defesa Nacional	3.079,8	1.943,7	6,1	4,0
Segurança e Ordem Públicas	3.242,6	3.526,8	6,4	7,2
<b>Funções Sociais</b>	<b>30.843,2</b>	<b>28.864,1</b>	<b>61,0</b>	<b>59,2</b>
Educação	8.559,2	7.880,4	16,9	16,2
Saúde	9.776,5	9.171,7	19,3	18,8
Segurança e Acção Sociais	11.809,8	11.233,2	23,4	23,1
Habituação e Serviços Colectivos	315,8	260,0	0,6	0,5
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	381,9	318,7	0,8	0,7
<b>Funções Económicas</b>	<b>1.587,6</b>	<b>1.940,8</b>	<b>3,1</b>	<b>4,0</b>
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	468,0	475,7	0,9	1,0
Indústria e Energia	72,8	0,2	0,1	0,0
Transportes e Comunicações	573,6	1.269,6	1,1	2,6
Comércio e Turismo				
Outras Funções Económicas	473,2	195,3	0,9	0,4
<b>Outras Funções</b>	<b>9.866,4</b>	<b>10.703,9</b>	<b>19,5</b>	<b>22,0</b>
Operações da Dívida Pública	4.970,0	6.037,8	9,8	12,4
Transferências entre Administrações Públicas	4.896,3	4.666,1	9,7	9,6
Diversas não especificadas		0,0		0,0
<b>Despesa Efetiva</b>	<b>50.565,4</b>	<b>48.731,7</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<i>Por memória:</i>				
Ativos financeiros	2.188,1	11.388,6		
Funções Gerais de Soberania	2.081,1	11.388,6		
Funções Sociais	107,0			
Funções Económicas				
Passivos financeiros e transferências para o FRDP	116.157,9	101.585,2		
Outras Funções	116.157,9	101.585,2		

Nota: FRDP - Fundo de Regularização da Dívida Pública

Despesa do Estado - Classificação Orgânica

Despesa do Estado, por Ministério e Classificação Económica (janeiro a dezembro)

Milhões de Euros

	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Finanças	Negócios Estrangeiros	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Economia e Emprego	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Saúde	Educação e Ciência	Solidariedade e Segurança Social	TOTAL
<b>Despesa corrente</b>	<b>1.661,4</b>	<b>299,9</b>	<b>14.204,6</b>	<b>345,4</b>	<b>1.821,4</b>	<b>1.989,1</b>	<b>1.602,0</b>	<b>184,3</b>	<b>462,3</b>	<b>8.359,5</b>	<b>7.900,1</b>	<b>6.747,9</b>	<b>45.578,0</b>
Despesas com o pessoal	42,3	129,9	532,1	158,2	1.338,0	1.619,4	1.093,2	87,9	175,0	57,5	5.043,0	18,9	10.295,5
Remunerações Certas e Permanentes	35,0	110,4	342,3	93,4	830,5	1.099,7	805,2	71,1	142,4	46,7	4.233,5	15,3	7.825,6
Abonos Variáveis ou Eventuais	1,5	3,2	84,6	48,0	110,6	71,7	75,4	3,4	5,3	1,6	30,6	0,7	436,7
Segurança social	5,8	16,4	105,2	16,7	396,9	448,0	212,6	13,4	27,3	9,2	778,8	2,9	2.033,2
Aquisição de bens e serviços correntes	3,4	40,1	689,4	36,7	449,0	223,9	187,2	28,3	47,7	40,3	68,8	2,8	1.817,6
Aquisição de bens	0,3	5,2	12,0	1,0	192,9	56,4	58,8	2,6	7,4	4,1	32,8	0,3	373,8
Aquisição de serviços	3,0	34,9	677,4	35,6	256,1	167,5	128,5	25,7	40,3	36,3	36,0	2,6	1.443,8
Juros e outros encargos	0,0		6.038,1	0,5	0,0	0,2		0,1	0,3	0,0			6.039,2
Transferências correntes	1.615,7	124,5	6.345,9	133,8	33,5	133,5	319,6	67,8	238,7	8.261,6	2.288,1	6.726,1	26.288,8
Administrações Públicas	1.615,2	76,6	4.493,5	41,7	8,3	128,9	312,6	62,7	225,7	8.254,8	1.545,9	6.723,4	23.489,4
Administração Central	104,7	76,1	4.477,7	41,7	8,3	115,3	312,6	59,0	222,9	8.254,8	1.161,3	0,9	14.835,3
Administração Regional													
Administração Local	1.510,5	0,5				13,6			2,0		363,0		1.889,6
Segurança Social			15,9		0,0			3,7	0,7		21,7	6.722,5	6.764,5
Outras transferências correntes	0,5	47,9	1.852,3	92,0	25,2	4,6	7,0	5,1	13,0	6,9	742,1	2,7	2.799,4
Subsídios	0,0	5,2	596,2	0,0	0,1						0,0		601,6
Outras despesas correntes	0,0	0,2	3,0	16,2	0,8	12,0	2,0	0,2	0,6	0,0	500,2	0,0	535,3
<b>Despesa de capital</b>	<b>1.356,4</b>	<b>21,6</b>	<b>932,8</b>	<b>6,0</b>	<b>275,8</b>	<b>25,9</b>	<b>13,4</b>	<b>77,4</b>	<b>144,2</b>	<b>14,6</b>	<b>282,3</b>	<b>3,4</b>	<b>3.153,8</b>
Investimento	0,4	10,8	21,8	5,2	274,6	22,8	13,4	2,0	32,2	1,0	47,1	0,7	432,0
Transferências de capital	1.356,0	10,8	911,0	0,6	1,2	3,1	0,0	75,4	112,0	13,6	222,0	2,7	2.708,2
Administrações Públicas	1.356,0	6,6	0,0	0,1	1,2	3,0		41,0	111,4	13,6	219,4	2,7	1.755,1
Administração Central	7,2	4,3	0,0	0,1	1,2	0,4		41,0	111,1	13,6	205,8		384,8
Administração Regional	600,0												600,0
Administração Local	748,8	2,3				2,6			0,3		13,6		767,6
Segurança Social												2,7	2,7
Outras transferências de capital		4,1	911,0	0,5		0,0	0,0	34,4	0,6		2,5		953,1
Outras despesas de capital				0,2					0,0		13,3		13,5
<b>Despesa efetiva</b>	<b>3.017,8</b>	<b>321,5</b>	<b>15.137,4</b>	<b>351,4</b>	<b>2.097,2</b>	<b>2.014,9</b>	<b>1.615,4</b>	<b>261,7</b>	<b>606,5</b>	<b>8.374,1</b>	<b>8.182,4</b>	<b>6.751,3</b>	<b>48.731,7</b>
<i>Por memória:</i>													
Ativos financeiros			11.388,6										11.388,6
Passivos financeiros			101.585,2										101.585,2
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública													

Nota: Os valores relativos a 2010 correspondem a uma estimativa, resultante da conversão orgânica do XVIII para o XIX Governo Constitucional.

Fonte: Ministério das Finanças

## Despesa do Estado - Classificação Orgânica

Despesa do Estado, por Ministério e Classificação Ect

	VH (%)												
	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Finanças	Negócios Estrangeiros	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Economia e Emprego	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Saúde	Educação e Ciência	Solidariedade e Segurança Social	TOTAL
<b>Despesa corrente</b>	<b>-5,3</b>	<b>-5,0</b>	<b>8,6</b>	<b>-14,2</b>	<b>-7,9</b>	<b>6,5</b>	<b>15,7</b>	<b>-11,6</b>	<b>-6,6</b>	<b>-5,2</b>	<b>-7,1</b>	<b>-13,1</b>	<b>-2,1</b>
Despesas com o pessoal	-2,5	6,7	-51,9	-10,5	-7,0	3,4	2,3	-9,5	-6,4	-4,4	-8,2	-16,5	-9,6
Remunerações Certas e Permanentes	-5,7	8,2	-10,3	-10,5	-5,1	-0,4	-6,9	-11,2	-8,0	-7,1	-9,4	-17,3	-7,3
Abonos Variáveis ou Eventuais	9,1	-23,8	-13,2	-14,7	-19,5	-3,8	-11,0	-17,0	-24,1	-16,9	-50,4	-40,4	-17,9
Segurança social	18,4	4,8	-83,2	4,7	-7,0	15,5	79,5	4,0	7,8	15,3	2,5	-1,8	-15,5
Aquisição de bens e serviços correntes	15,3	-17,9	328,6	-39,9	-2,0	8,4	3,4	-11,0	-23,6	-19,5	-22,6	-35,2	33,9
Aquisição de bens	-5,3	11,5	-25,1	-55,8	-4,5	16,4	1,2	-11,8	-2,4	47,1	-34,5	-32,0	-5,5
Aquisição de serviços	18,1	-21,0	367,6	-39,3	-0,1	6,0	4,4	-10,9	-26,6	-23,4	-7,3	-35,5	50,2
Juros e outros encargos	-	-100,0	21,5	-2,7	-	314,9	-100,0	107,7	-65,2	1.655,9	-100,0	-	21,5
Transferências correntes	-5,4	-10,4	3,2	-7,2	-57,8	43,9	136,4	-14,5	1,1	-5,1	-10,2	-13,0	-5,3
Administrações Públicas	-5,4	-9,1	6,9	-28,7	-18,7	48,0	140,2	-15,7	-1,3	-5,1	-9,1	-13,0	-5,0
Administração Central	-5,6	-9,3	6,9	-28,7	-18,8	35,5	140,2	-2,9	-2,2	-5,1	-12,4	-16,5	-1,0
Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Local	-5,4	51,1	-	-	-	567,7	-	-	-	-	-3,1	-	-4,3
Segurança Social	-	-	4,8	-	20,9	-	-	-72,7	-	-	-	-13,0	-12,8
Outras transferências correntes	0,1	-12,3	-5,0	7,6	-63,6	-18,9	37,5	3,0	74,0	-2,7	-12,4	-30,2	-7,9
Subsídios	-73,5	-14,5	-12,9	-55,0	69,4	-	-	-100,0	-100,0	-	-	-100,0	-13,9
Outras despesas correntes	-84,4	-28,4	-66,6	-19,8	-47,6	873,7	370,0	30,0	99,4	19,7	33,7	451,8	31,4
<b>Despesa de capital</b>	<b>-4,4</b>	<b>-21,5</b>	<b>-37,9</b>	<b>23,9</b>	<b>-1,2</b>	<b>-49,6</b>	<b>-38,6</b>	<b>-23,7</b>	<b>0,2</b>	<b>25,2</b>	<b>-33,4</b>	<b>-30,4</b>	<b>-21,0</b>
Investimento	6,5	-10,5	-97,9	47,9	-1,6	-51,5	-27,2	-32,3	-18,4	-27,2	-38,2	-25,5	-71,3
Transferências de capital	-4,4	-30,0	90,8	-39,5	1.521,0	-29,0	-99,7	-23,5	7,2	32,4	-33,1	-31,6	9,7
Administrações Públicas	-4,4	-34,5	-100,0	42,2	1.521,0	-20,2	-100,0	-27,9	7,5	32,4	-33,2	-31,6	-19,9
Administração Central	-37,9	-49,5	-100,0	42,2	1.521,0	-74,6	-100,0	-27,9	10,3	32,4	-28,7	-	-47,6
Administração Regional	-2,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-2,7
Administração Local	-5,3	48,6	-	-	-	25,4	-	-	-89,8	-	-65,7	-	-8,3
Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-31,6	-31,6
Outras transferências de capital	-	-21,3	303,8	-47,5	-	-96,2	-	-17,5	-31,6	-	-23,6	-	242,6
Outras despesas de capital	-	-	-	-35,1	-	-	-	-	911,1	-	-18,4	-	-18,4
<b>Despesa efetiva</b>	<b>-4,9</b>	<b>-6,4</b>	<b>3,8</b>	<b>-13,8</b>	<b>-7,1</b>	<b>5,0</b>	<b>14,8</b>	<b>-15,6</b>	<b>-5,0</b>	<b>-5,2</b>	<b>-8,4</b>	<b>-13,1</b>	<b>-3,6</b>
<i>Por memória:</i>													
Ativos financeiros													
Passivos financeiros													
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Públ													

Nota: Os valores relativos a 2010 correspondem a um;

Fonte: Ministério das Finanças

## Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

### Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a dezembro)

	2010	2011	2010	2011	VH (%)		2011
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2010	2011	Contrib. VH (%)
<b>Receita corrente</b>	<b>23.115,4</b>	<b>22.710,3</b>	<b>94,6</b>	<b>95,1</b>	<b>0,0</b>	<b>-1,8</b>	<b>-1,5</b>
Impostos diretos	20,5	19,6	99,4	94,3	-15,9	-4,1	0,0
Impostos indiretos	348,1	342,3	87,0	87,2	-2,6	-1,7	0,0
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4.180,8	3.933,7	97,4	94,8	10,1	-5,9	-0,9
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.328,6	1.240,3	78,1	83,7	-4,8	-6,6	-0,3
Transferências Correntes	16.374,3	16.149,1	97,2	97,7	0,8	-1,4	-0,8
Outros subsectores das Administrações Públicas	15.809,5	15.523,1	97,9	97,6	5,6	-1,8	-1,1
União Europeia	382,5	455,3	76,7	99,2	-65,0	19,0	0,3
Outras transferências	182,3	170,6	96,3	105,7	2,6	-6,4	0,0
Outras Receitas Correntes	863,1	1.025,2	72,8	78,9	-34,0	18,8	0,6
<b>Receita de capital</b>	<b>3.410,8</b>	<b>1.719,6</b>	<b>88,6</b>	<b>64,6</b>	<b>35,3</b>	<b>-49,6</b>	<b>-6,4</b>
Transferências de capital	3.317,0	1.700,1	90,7	65,7	33,6	-48,7	-6,1
Outros subsectores das Administrações Públicas	741,5	399,8	74,8	82,4	-49,5	-46,1	-1,3
União Europeia	669,1	666,0	90,4	85,4	-30,7	-0,5	0,0
Outras transferências	1.906,4	634,2	99,0	28,9	3.756,2	-66,7	-4,8
<b>Receita efetiva</b>	<b>26.526,2</b>	<b>24.429,8</b>	<b>93,8</b>	<b>92,8</b>	<b>3,4</b>	<b>-7,9</b>	
<b>Despesa corrente</b>	<b>23.173,6</b>	<b>22.210,6</b>	<b>93,8</b>	<b>94,2</b>	<b>1,8</b>	<b>-4,2</b>	<b>-3,9</b>
Despesas com o pessoal	3.097,2	2.795,7	90,2	87,1	-5,5	-9,7	-1,2
Aquisição de bens e serviços	9.042,9	8.254,8	99,7	97,1	10,8	-8,7	-3,2
Juros e outros encargos	13,9	30,4	72,1	93,2	23,3	118,7	0,1
Transferências correntes	10.369,0	10.609,3	94,8	96,3	3,2	2,3	1,0
Outros subsectores das Administrações Públicas	802,7	883,1	78,2	75,9	-12,7	10,0	0,3
Outras transferências	9.566,3	9.726,2	96,5	98,7	4,8	1,7	0,7
Subsídios	585,2	471,5	74,8	69,2	-51,9	-19,4	-0,5
Outras despesas correntes	65,4	48,9	14,3	36,7	12,2	-25,3	-0,1
<b>Despesa de capital</b>	<b>1.257,9</b>	<b>1.316,7</b>	<b>61,2</b>	<b>66,7</b>	<b>-44,0</b>	<b>4,7</b>	<b>0,2</b>
Investimento	322,5	313,0	39,2	41,1	-8,8	-3,0	0,0
Transferências de capital	863,5	974,8	75,2	82,5	-46,9	12,9	0,5
Outros subsectores das Administrações Públicas	130,3	71,1	92,7	60,5	-35,5	-45,4	-0,2
Outras transferências	733,2	903,7	72,8	84,9	-48,5	23,3	0,7
Outras despesas de capital	71,9	28,9	86,3	97,7	-73,0	-59,8	-0,2
<b>Despesa efetiva</b>	<b>24.431,5</b>	<b>23.527,3</b>	<b>91,3</b>	<b>92,1</b>	<b>-2,3</b>	<b>-3,7</b>	
<b>Saldo global</b>	<b>2.094,7</b>	<b>902,5</b>					
<i>Por memória:</i>							
Despesas de anos anteriores	996,1	1.092,4					
Despesa primária	24.417,6	23.496,9					
Saldo primário	2.108,6	932,9					
Saldo corrente	-58,3	499,7					
Saldo de capital	2.152,9	402,8					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	2.286,1	1.084,3					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	19,8	8,9					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-171,6	-172,8					

Notas: As outras despesas correntes e outras despesas de capital estão influenciadas pelas diferenças de consolidação no subsector.

Fonte: Ministério das Finanças

Organismos com execução orçamental em falta:

#### 2010

Não há organismos em falta

#### 2011

Entidade Reguladora Para a Comunicação Social, Autoridade Nacional De Protecção Civil, Fundo de Intervenção Ambiental, Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos, Centro Hospitalar de Cascais, Escola Portuguesa de Dili, SAS - Instituto Politécnico de Viana do Castelo, UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento IP, UTL - Faculdade de Medicina Veterinária

## Programas Orçamentais

### Execução dos Programas Orçamentais (janeiro a dezembro) (1)

€ Milhões

Designação	2011		Grau de Execução (%)
	Dotação Corrigida	Executado	
Orgãos de Soberania	3.196,3	3.150,6	98,6
Governança	388,0	317,8	81,9
Representação Externa	341,4	319,8	93,7
Finanças e Administração Pública	18.416,7	18.251,9	99,1
Gestão da Dívida Pública	6.372,9	6.071,4	95,3
Defesa	1.942,0	1.863,6	96,0
Lei de Programação Militar	376,3	358,1	95,2
Lei de Programação das Infraestruturas Militares	1.187,9	777,5	65,5
Segurança Interna	2.546,8	2.372,2	93,1
Lei de programação das Instalações e Equipamento das Forças de Segurança	1.246,2	1.087,3	87,3
Justiça	1.997,0	1.832,1	91,7
Economia, Inovação e Desenvolvimento	433,4	292,1	67,4
Agricultura e Pescas	1.507,4	1.116,5	74,1
Obras Públicas, Transportes e Comunicações	12.845,8	12.578,2	97,9
Ambiente e Ordenamento do Território	342,1	268,5	78,5
Trabalho e Solidariedade Social	9.098,1	8.692,5	95,5
Saúde	8.482,8	8.444,5	99,5
Educação	6.849,2	6.585,4	96,1
Investigação e Ensino Superior	1.652,7	1.604,6	97,1
Cultura	142,3	119,7	84,1
Cooperação para o Desenvolvimento	178,2	168,5	94,6
<b>Despesa efetiva</b>	<b>79.543,3</b>	<b>76.272,7</b>	<b>95,9</b>

Nota: (1) Valores não consolidados

Fonte: Ministério das Finanças

## Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde

### Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde - Ótica de Compromissos (janeiro a dezembro)

€ Milhões

	2010	2011	VH (%)	Contrib. VH (%)
	Milhões de Euros			
Subsídio de investimento	15,0	22,8	52,0	0,1
Prestação de serviços	128,7	107,4	-16,6	-0,2
Próprio ano	55,4	57,6	4,0	0,0
Anos anteriores	73,3	49,8	-32,1	-0,3
Transferências correntes obtidas (Orçamento Estado)	8.848,7	8.251,8	-6,7	-6,5
Transferências correntes obtidas da Administração Local	36,1	35,0	-3,0	0,0
Outros proveitos operacionais	25,4	13,7	-46,1	-0,1
Próprio ano	9,0	9,7	7,8	0,0
Anos anteriores	16,4	4,0	-75,6	-0,1
Proveitos e ganhos financeiros	0,3	0,5	66,7	0,0
Próprio ano	0,3	0,5	66,7	0,0
Anos anteriores	0,0	0,0		0,0
Outras receitas	113,7	152,7	34,3	0,4
Próprio ano (inclui rec. SNS)	112,4	150,0	33,5	0,4
Anos anteriores	1,3	2,7	107,7	0,0
<b>Receita cobrada</b>	<b>9.167,9</b>	<b>8.583,9</b>	<b>-6,4</b>	
Despesas com o pessoal	1.083,2	982,3	-9,3	-1,1
Compras	146,4	122,3	-16,5	-0,3
Fornecimentos e serviços	276,9	252,8	-8,7	-0,3
Subcontratos	7.762,0	7.247,2	-6,6	-5,4
Produtos vendidos em farmácias	1.724,0	1.401,2	-18,7	-3,4
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	768,8	756,9	-1,5	-0,1
Parcerias Público-Privadas	160,4	232,1	44,7	0,8
Outros subcontratos	367,2	346,5	-5,6	-0,2
Outros serviços de saúde - Hospitais EPE	4.741,6	4.510,5	-4,9	-2,4
Imobilizações	84,0	93,3	11,1	0,1
Outras despesas exercício (inclui as Outras despesas do SNS)	175,2	161,2	-8,0	-0,1
<b>Despesa paga do ano e de anos anteriores</b>	<b>9.527,7</b>	<b>8.859,1</b>	<b>-7,0</b>	
<b>Saldo</b>	<b>-359,8</b>	<b>-275,2</b>		

Nota: As rubricas de Farmácias e Contrato Programa EPE correspondem à despesa total do ano.

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP



## Administração Regional

### Execução Orçamental da Administração Regional

€ Milhões

	R. Autónoma dos Açores		R. Autónoma da Madeira		Administração Regional	
	Ano	jan-nov	Ano	jan-nov	Ano	jan-nov
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>Receita corrente</b>	<b>688,2</b>	<b>652,2</b>	<b>986,2</b>	<b>898,6</b>	<b>1.674,4</b>	<b>1.550,8</b>
Impostos diretos	180,7	163,8	289,6	214,5	470,4	378,3
<i>dos quais:</i>						
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	149,0	125,3	197,7	150,1	346,7	275,4
Imposto sobre Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)	31,7	38,4	91,7	60,6	123,5	99,0
Impostos indiretos	294,0	284,8	393,4	363,2	687,4	648,0
<i>dos quais:</i>						
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	176,2	176,5	252,8	243,5	428,9	420,0
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4,4	4,2	6,2	5,6	10,6	9,8
Taxas, Multas e Outras Penalidades	17,4	18,0	27,5	19,6	44,9	37,7
Rendimentos da Propriedade	2,1	1,9	2,4	3,2	4,5	5,1
Transferências Correntes	164,5	163,0	251,2	280,7	415,8	443,6
Administração Central - Estado	149,5	146,0	204,8	238,7	354,2	384,7
Outros subsectores das AP	12,9	12,4	16,0	15,6	28,9	28,0
Resto do mundo	2,2	4,0	30,4	26,1	32,6	30,1
Outras transferências	0,0	0,5	0,1	0,3	0,1	0,8
Venda de bens e serviços correntes	14,6	13,1	7,8	8,5	22,4	21,6
Reposições não abatidas nos pagamentos	1,7	2,2	4,8	1,0	6,5	3,2
Outras receitas correntes	8,7	1,2	3,2	2,3	12,0	3,5
<b>Receita de capital</b>	<b>352,6</b>	<b>278,6</b>	<b>117,8</b>	<b>57,8</b>	<b>470,4</b>	<b>336,4</b>
Venda de Bens de Investimento	30,1	0,4	0,6	0,1	30,6	0,5
Transferências de Capital	322,5	278,2	113,3	57,5	435,8	335,6
Administração Central - Estado	213,1	206,0	71,1	8,4	284,1	214,4
Outros subsectores das AP	0,1	0,2	3,1	0,2	3,2	0,4
Resto do mundo	109,3	71,8	38,1	48,8	147,5	120,6
Outras transferências	0,0	0,1	1,0	0,1	1,0	0,2
Outras receitas de capital	0,0	0,1	4,0	0,2	4,0	0,3
<b>Receita Efetiva</b>	<b>1.040,8</b>	<b>930,8</b>	<b>1.104,0</b>	<b>956,5</b>	<b>2.144,8</b>	<b>1.887,3</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>874,4</b>	<b>763,4</b>	<b>991,1</b>	<b>847,6</b>	<b>1.865,6</b>	<b>1.610,9</b>
Despesas com o pessoal	387,9	344,7	409,1	356,6	797,0	701,2
Aquisição de bens e serviços	176,0	111,0	201,3	156,7	377,3	267,7
Juros e outros encargos	9,3	12,9	41,8	37,3	51,0	50,2
Transferências	234,3	235,0	292,4	254,5	526,7	489,4
Subsectores das AP	1,4	10,9	0,4	0,5	1,8	11,4
Outras transferências	232,9	224,1	292,0	254,0	524,9	478,1
Subsídios	53,9	47,6	24,2	24,1	78,1	71,8
Outras despesas correntes	13,0	12,2	22,5	18,5	35,5	30,6
<b>Despesa de Capital</b>	<b>222,6</b>	<b>161,3</b>	<b>188,0</b>	<b>121,5</b>	<b>410,6</b>	<b>282,8</b>
Aquisição de bens e serviços	120,2	62,1	134,5	92,3	254,7	154,4
Transferências	101,8	98,8	53,5	29,2	155,3	128,0
Subsectores das AP	13,5	13,6	22,3	4,9	35,8	18,6
Outras transferências	88,3	85,2	31,1	24,3	119,5	109,5
Outras despesas de capital	0,6	0,4	0,0	0,0	0,6	0,4
<b>Despesa efetiva</b>	<b>1.097,0</b>	<b>924,6</b>	<b>1.179,2</b>	<b>969,1</b>	<b>2.276,2</b>	<b>1.893,7</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-56,3</b>	<b>6,2</b>	<b>-75,1</b>	<b>-12,6</b>	<b>-131,4</b>	<b>-6,5</b>
<i>Por memória:</i>						
Despesa primária	1.087,8	911,7	1.137,4	931,8	2.225,2	1.843,6
Saldo primário	-47,0	19,1	-33,4	24,6	-80,4	43,7
Saldo corrente	-186,2	-111,2	-5,0	51,0	-191,2	-60,1
Saldo de capital	130,0	117,3	-70,2	-63,7	59,8	53,6
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-3,8	0,6	6,3	6,5	2,4	7,1
Passivos financeiros líquidos de amortizações	50,0	0,0	94,8	-13,7	144,8	-13,7
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gestão anterior	-2,5	22,9	13,4	-3,9	10,9	19,0

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores

Execução Orçamental da Administração Local (janeiro a setembro)

€ Milhões

	Ano	Universo Real		Universo Comparável			
		III TR		III TR		VH (%)	Contrib. VH (%)
	2010	2010	2011	2010	2011		
<b>Receita corrente</b>	<b>5.755,0</b>	<b>4.122,9</b>	<b>4.013,8</b>	<b>4.122,9</b>	<b>3.953,5</b>	<b>-4,1</b>	<b>-3,3</b>
Impostos diretos	2.146,0	1.526,8	1.449,9	1.526,8	1.427,4	-6,5	-1,9
Imposto Municipal sobre Transmissões	611,0	456,3	397,6	456,3	394,9	-13,5	-1,2
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.088,9	681,5	708,3	681,5	696,2	2,2	0,3
Imposto Municipal sobre Veículos	167,5	132,1	143,3	132,1	140,9	6,7	0,2
Derrama	264,0	244,0	194,5	244,0	189,2	-22,5	-1,1
Outros	14,7	12,9	6,2	12,9	6,2	-51,7	-0,1
Impostos indiretos	157,2	116,7	105,7	116,7	105,1	-9,9	-0,2
Taxas, Multas e Outras Penalidades	223,7	138,7	160,4	138,7	158,9	14,6	0,4
Rendimentos da Propriedade	256,7	186,6	175,5	186,6	174,2	-6,6	-0,2
Transferências Correntes	2.197,6	1.621,8	1.574,7	1.621,8	1.550,7	-4,4	-1,4
Lei das Finanças Locais	1.725,5	1.300,7	1.233,7	1.300,7	1.219,7	-6,2	-1,6
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.182,4	890,4	848,1	890,4	841,0	-5,6	-1,0
Fundo Social Municipal	160,1	123,1	114,3	123,1	112,5	-8,6	-0,2
Participação IRS	383,0	287,2	271,3	287,2	266,2	-7,3	-0,4
Outros subsectores das AP	428,5	291,1	301,0	291,1	291,4	0,1	0,0
Resto do mundo	16,3	11,1	16,3	11,1	16,0	43,8	0,1
Outras transferências	27,3	18,8	23,8	18,8	23,6	25,7	0,1
Venda de bens e serviços correntes	700,1	486,8	496,4	486,8	488,5	0,4	0,0
Reposições não abatidas nos pagamentos	8,6	6,8	10,7	6,8	9,8	44,7	0,1
Outras receitas correntes	65,2	38,8	40,5	38,8	38,8	0,1	0,0
<b>Receita de capital</b>	<b>1.492,4</b>	<b>1.009,7</b>	<b>1.123,2</b>	<b>1.009,7</b>	<b>1.117,7</b>	<b>10,7</b>	<b>2,1</b>
Venda de Bens de Investimento	117,1	64,7	48,1	64,7	48,1	-25,7	-0,3
Transferências de Capital	1.353,9	928,2	1.060,2	928,2	1.054,7	13,6	2,5
Lei das Finanças Locais	771,7	584,9	546,8	584,9	542,3	-7,3	-0,8
Fundo de Equilíbrio Financeiro	771,7	584,9	546,8	584,9	542,3	-7,3	-0,8
Fundo de Coesão Municipal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros subsectores das AP	118,1	65,2	59,7	65,2	58,9	-9,6	-0,1
Resto do mundo	452,5	270,4	442,0	270,4	441,8	63,4	3,3
Outras transferências	11,5	7,7	11,8	7,7	11,7	51,7	0,1
Outras receitas de capital	21,5	16,8	14,9	16,8	14,9	-11,4	0,0
<b>Receita Efetiva</b>	<b>7.247,4</b>	<b>5.132,7</b>	<b>5.137,0</b>	<b>5.132,7</b>	<b>5.071,2</b>	<b>-1,2</b>	<b>-1,2</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>4.968,4</b>	<b>3.533,6</b>	<b>3.559,1</b>	<b>3.533,6</b>	<b>3.506,9</b>	<b>-0,8</b>	<b>-0,5</b>
Despesas com o pessoal	2.422,2	1.736,8	1.702,7	1.736,8	1.681,0	-3,2	-1,1
Aquisição de bens e serviços	1.703,9	1.205,3	1.240,9	1.205,3	1.219,6	1,2	0,3
Juros e outros encargos	104,3	70,0	89,6	70,0	89,3	27,6	0,4
Transferências	489,5	349,6	344,5	349,6	337,9	-3,3	-0,2
Subsectores das AP	217,0	152,7	158,8	152,7	155,0	1,5	0,0
Outras transferências	272,5	196,9	185,7	196,9	182,8	-7,1	-0,3
Subsídios	149,3	99,4	111,3	99,4	110,9	11,6	0,2
Outras despesas correntes	99,2	72,6	70,1	72,6	68,2	-6,1	-0,1
<b>Despesa de Capital</b>	<b>2.213,6</b>	<b>1.453,9</b>	<b>1.382,4</b>	<b>1.453,9</b>	<b>1.377,1</b>	<b>-5,3</b>	<b>-1,5</b>
Aquisição de bens e serviços	1.769,4	1.177,4	1.125,3	1.177,4	1.120,7	-4,8	-1,1
Transferências	376,3	232,8	228,1	232,8	227,5	-2,3	-0,1
Subsectores das AP	162,5	112,9	100,1	112,9	100,1	-11,4	-0,3
Outras transferências	213,8	119,8	128,0	119,8	127,4	6,3	0,2
Outras despesas de capital	67,9	43,7	29,0	43,7	29,0	-33,7	-0,3
<b>Despesa efetiva</b>	<b>7.182,0</b>	<b>4.987,5</b>	<b>4.941,6</b>	<b>4.987,5</b>	<b>4.884,0</b>	<b>-2,1</b>	<b>-2,1</b>
<b>Saldo global</b>	<b>65,5</b>	<b>145,1</b>	<b>195,4</b>	<b>145,1</b>	<b>187,1</b>		
<i>Por memória:</i>							
Despesa primária	7.077,6	4.917,5	4.852,0	4.917,5	4.794,7	-2,5	-2,5
Saldo primário	169,8	215,1	285,0	215,1	276,4		
Saldo corrente	786,7	589,3	454,7	589,3	446,6		
Saldo de capital	-721,2	-444,2	-259,2	-444,2	-259,5		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	19,4	14,3	10,0	14,3	10,0		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-51,1	55,7	-15,7	55,7	-13,8		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-5,0	186,5	169,7	186,5	163,3		
Taxa de particip. financiam. comunitário	25,6%	23,0%	39,3%	23,0%	39,4%		

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIAL.

Universo completo: 308 Municípios

Universo comparável: 306 Municípios

**2010 (Univ. Real)**

Jan-Set : 306 Mun; Faltosos: Amadora e Vila Nova de Paiva

Jan-Dez : 307 Mun; Faltosos: Amadora

**2011 (Univ. Real)**

Jan-Set: 308 Mun

## Execução Orçamental da Segurança Social

### Execução Orçamental da Segurança Social (janeiro a dezembro)

€ Milhões

	2010	2011	2010	2011	VH (%)		Contrib. VH (%)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2010	2011	
<b>Receita corrente</b>	<b>23.829,4</b>	<b>23.530,9</b>	<b>99,9</b>	<b>98,0</b>	<b>4,4</b>	<b>-1,3</b>	<b>-1,3</b>
Contribuições e quotizações	13.483,3	13.739,8	99,9	97,5	2,7	1,9	1,1
IVA Social	697,8	715,2	100,0	100,0	1,3	2,5	0,1
Transferências correntes da Administração Central	7.904,0	6.973,6	100,0	100,4	10,0	-11,8	-3,9
Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social	7.726,9	6.721,3	100,0	100,0	10,1	-13,0	-4,2
Transferências do Fundo Social Europeu	910,2	1.150,7	100,0	85,5	-10,2	26,4	1,0
Outras receitas correntes	834,1	951,5	99,2	106,0	2,6	14,1	0,5
<b>Receita de capital</b>	<b>28,0</b>	<b>6,7</b>	<b>99,3</b>	<b>15,8</b>	<b>63,9</b>	<b>-76,0</b>	<b>-0,1</b>
Transferências do Orçamento de Estado	4,0	2,7	100,0	36,8	-62,7	-31,6	0,0
Outras receitas de capital	24,1	4,0	99,2	11,4	269,8	-83,3	-0,1
<b>Receita Efetiva</b>	<b>23.857,4</b>	<b>23.537,6</b>	<b>99,9</b>	<b>97,9</b>	<b>4,4</b>	<b>-1,3</b>	
<b>Despesa Corrente</b>	<b>23.135,2</b>	<b>23.078,2</b>	<b>90,5</b>	<b>97,7</b>	<b>4,1</b>	<b>-0,2</b>	<b>-0,2</b>
Pensões	14.011,9	14.449,3	100,0	99,5	4,1	3,1	1,9
Sobrevivência	2.027,7	1.955,3	100,0	99,3	3,6	-3,6	-0,3
Invalidéz	1.407,7	1.395,6	100,0	99,0	-1,0	-0,9	-0,1
Velhice	10.547,3	11.064,2	100,0	99,6	4,6	4,9	2,2
Beneficiários dos antigos combatentes	29,2	34,3	-	-	-	17,4	0,0
Subsídio familiar a crianças e jovens	968,2	674,9	100,0	99,0	-3,2	-30,3	-1,3
Subsídio por doença	446,9	450,2	100,0	99,2	-0,9	0,7	0,0
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	2.221,1	2.103,9	100,0	99,1	8,6	-5,3	-0,5
Complemento Solidário para Idosos	265,2	272,8	100,0	98,6	16,7	2,8	0,0
Outras prestações	808,2	838,5	99,9	98,0	5,5	3,7	0,1
Ação social	1.611,4	1.553,3	100,5	93,4	-0,3	-3,6	-0,3
Rendimento Social de Inserção	519,9	414,6	100,0	98,7	2,4	-20,2	-0,5
Administração	375,7	337,6	102,4	89,2	-4,6	-10,1	-0,2
Outras despesas correntes	698,9	596,1	100,0	92,6	-5,6	-14,7	-0,4
dos quais:							
Transferências e subsídios correntes	698,9	596,1	100,0	92,6	-5,6	-14,7	-0,4
Ações de Formação Profissional	1.207,6	1.387,0	100,0	86,8	19,3	14,9	0,8
dos quais:							
Com suporte no Fundo Social Europeu	982,4	1.159,5	100,0	84,8	24,3	18,0	0,8
<b>Despesa de Capital</b>	<b>33,1</b>	<b>30,1</b>	<b>99,9</b>	<b>57,1</b>	<b>-25,5</b>	<b>-9,1</b>	<b>0,0</b>
PIDDAC	3,2	2,6	100,0	35,6	-84,7	-18,0	0,0
Outras	29,9	27,5	99,8	59,8	26,6	-8,1	0,0
<b>Despesa efetiva</b>	<b>23.168,3</b>	<b>23.108,3</b>	<b>100,1</b>	<b>97,6</b>	<b>4,0</b>	<b>-0,3</b>	
<b>Saldo global</b>	<b>689,1</b>	<b>429,3</b>					
<i>Por memória:</i>							
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	723,6	806,0					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-34,5	-376,8					

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

Dívida não Financeira da Administração Pública

Encargos assumidos e não pagos, da Administração Central, em final de dezembro de 2011

€ Milhões

Ministérios	Stock de Dívida					Variação de Dívida face ao início do ano				
	Entidades fora das Administrações Públicas			Entidades das Admin. Públicas	TOTAL	Entidades fora das Administrações Públicas			Entidades das Admin. Públicas	TOTAL
	Dívida Comercial	Restantes Dívidas a sectores fora das AP	Total			Dívida Comercial	Restantes Dívidas a sectores fora das AP	Total		
Encargos Gerais do Estado	4	2	6	1	7	3	2	5	1	6
Presidência do Conselho de Ministros	12	1	13	0	13	7	-1	6	0	6
Finanças	2	4	7	2	9	-39	4	-35	1	-34
Negócios Estrangeiros	2	45	47	0	47	0	17	17	0	17
Defesa Nacional	27	0	28	0	28	-1	-2	-2	0	-2
Administração Interna	24	0	25	2	27	-48	-9	-57	-25	-82
Justiça	71	15	87	1	88	-43	3	-40	-25	-65
Economia e Emprego	11	77	89	0	89	7	77	83	-2	82
Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	32	161	192	2	194	19	90	109	2	111
Saúde	8	0	8	1	8	7	0	7	1	8
Educação e Ciência	30	4	34	17	52	-7	2	-5	15	9
Solidariedade e Segurança Social	0	0	0	0	0	-0	0	-0	0	-0
TOTAL	224	311	535	27	562	-96	184	89	-33	56

Nota: Definições de acordo com a Circular Série A n.º 1364 da Direcção-Geral do Orçamento. A dívida comercial refere-se a dívidas com aquisição de bens e serviços, bens de capital e despesas de saúde a entidades fora das Administrações Públicas.

Fonte: Ministério das Finanças

Encargos assumidos e não pagos a entidades fora das AP (Stock)

€ Milhões

Subsector	2011											
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
Administração Central	706	868	954	940	874	904	941	763	774	834	850	535
Administração Regional	1.466	1.473	1.479	1.546	1.560	1.898	1.906	1.963	1.982	2.007	2.045	
Administração Local	-	-	-	-	4.358	4.276	4.237	4.111	4.006	3.820	3.626	

Nota: Os valores referentes à Administração Local correspondem ao universo em Contas Nacionais (Municípios, Freguesias, Empresas Municipais, Associações de Municípios, etc.);

Os dados referentes à Região Autónoma dos Açores incluem o Setor Empresarial Regional a partir do mês de maio;

Os dados referentes à Região Autónoma da Madeira foram revistos por incorporação de informação atualizada e incluem o Setor Empresarial Regional a partir do mês de agosto;

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela DGAL, DGO, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores

Pagamentos em atraso 2011 (dívidas por pagar há mais de 90 dias)

€ Milhões

Subsector	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro
<b>Administrações Públicas</b>						
Admin. Central excl. Subsetor da Saúde	312	309	274	314	351	325
Subsector da Saúde	346	407	362	385	421	428
Entidades públicas reclassificadas	58	86	94	99	84	77
Administração Regional	923	969	972	998	1.080	1.162
Administração Local	1.721	1.716	1.722	1.720	1.678	1.642
Total	3.360	3.487	3.424	3.516	3.614	3.633
Total consolidado	3.185	3.290	3.265	3.332	3.427	3.476
<b>Outras Entidades</b>						
Empresas públicas não reclassificadas	13	11	11	8	10	14
Hospitais EPE	1.718	1.941	1.988	2.047	2.110	2.186
<b>Administrações Públicas e outras entidades - Total</b>	<b>4.916</b>	<b>5.242</b>	<b>5.265</b>	<b>5.387</b>	<b>5.547</b>	<b>5.676</b>

Nota: Conceito de acordo com a definição do Decreto-Lei nº 65-A de 17 de maio de 2011; As revisões de valores decorrem da actualização dos dados.

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela ACSS, DGAL, DGO, DGTF, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores.

## Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações

Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações (janeiro a dezembro)

€ Milhões

	2010	2011	2010	2011	VH (%)		Contrib. VH (%)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2010	2011	
<b>Receita corrente</b>	<b>8.289,1</b>	<b>8.526,7</b>	<b>97,8</b>	<b>97,0</b>	<b>4,5</b>	<b>2,9</b>	<b>2,3</b>
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	4.175,4	3.928,3	97,4	94,8	17,3	-5,9	-2,4
Quotas e contribuições para a CGA	3.453,8	3.363,2	98,1	99,9	21,0	-2,6	-0,9
Compensação por pagamento de pensões	721,6	565,1	66,8	72,7	2,4	-21,7	-7,4
Subsectores das Administrações Públicas	513,3	517,0	38,9	94,7	5,2	0,7	0,0
Outras entidades	208,3	48,1	89,6	20,8	-3,8	-76,9	-1,6
Transferências correntes	4.018,5	4.470,4	99,8	100,0	-4,9	11,2	4,4
Orçamento do Estado	4.012,7	4.452,6	99,8	100,0	-4,9	11,0	4,3
Comparticipação do Orçamento do Estado	3.749,9	4.202,2	100,0	100,0	7,9	12,1	4,4
Compensação por pagamento de pensões	262,8	250,3	102,3	100,0	10,1	-4,7	-0,1
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	169,7	167,1	100,0	100,0	1,0	-1,5	0,0
Subvenções vitalícias	9,0	7,7	100,0	100,0	4,7	-14,7	0,0
Pensões de preço de sangue	32,7	31,6	100,0	100,0	-1,7	-3,1	0,0
Outras	51,5	43,9	113,0	100,0	77,5	-14,7	-0,1
Adicional ao IVA	0,0	0,0	-	-	-100,0	-	-
Outras transferências correntes	5,8	17,9	64,2	100,0	-19,0	209,6	0,1
Outras receitas correntes	95,2	128,0	60,5	74,2	-35,0	34,5	0,3
<b>Receita de capital</b>	<b>1.882,1</b>	<b>620,9</b>	<b>99,1</b>	<b>99,9</b>	5.871,1	-	-
Transferências de capital	1.882,1	620,9	99,1	99,9	5.871,6	-	-
Outras transferências	1.882,1	620,9	99,1	99,9	5.871,6	-	-
<b>Receita Efectiva</b>	<b>10.171,2</b>	<b>9.147,6</b>	<b>98,1</b>	<b>97,2</b>	<b>27,7</b>	<b>-10,1</b>	<b>-10,1</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>8.493,7</b>	<b>8.817,6</b>	<b>100,6</b>	<b>101,0</b>	<b>4,1</b>	<b>3,8</b>	<b>3,8</b>
Despesas com pessoal	7,4	7,7	99,9	99,7	2,1	4,4	0,0
Aquisição de bens e serviços correntes	24,8	33,2	91,7	79,7	-13,0	33,7	0,1
Juros e outros encargos	5,4	18,3	132,7	85,3	346,8	237,8	0,2
Transferências correntes	8.455,3	8.756,9	100,6	101,1	4,1	3,6	3,6
Caixa Geral de Aposentações	7.490,6	7.897,2	100,8	101,4	4,4	5,4	4,8
Orçamento do Estado	246,7	241,1	100,0	99,5	0,9	-2,3	-0,1
Outras entidades	717,8	618,5	98,9	99,3	1,9	-13,8	-1,2
Outras transferências correntes	0,2	0,2	29,1	14,1	-70,3	-8,2	-
Outras despesas correntes	0,9	1,5	54,5	67,5	-43,9	80,0	0,0
<b>Despesa de capital</b>	<b>0,0</b>	<b>144,2</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Despesa Efectiva</b>	<b>8.493,7</b>	<b>8.961,8</b>	<b>100,6</b>	<b>101,0</b>	<b>4,1</b>	<b>5,5</b>	<b>5,5</b>
<b>Saldo global</b>	<b>1.677,5</b>	<b>185,8</b>					
<i>Por memória:</i>							
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	1.489,3	373,8					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	188,2	-187,9					

Fonte: Ministério das Finanças

## Indicadores Físicos do Sistema de Protecção Social da Função Pública

### Pensionistas

	Número					VH (%)					Valor médio pago por pensionista (€)	VH (%)
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Abonos abatidos de Aposentação / Reforma	Total de Pensionistas	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Abonos abatidos de Aposentação / Reforma	Total de Pensionistas		
<b>2010</b>												
dezembro	364.900	75.294	137.133	795	577.327	3,3	-0,2	1,3	-3,9	2,4	1.072,5	0,8
<b>2011</b>												
janeiro	366.454	75.294	137.201	943	578.949	3,4	-0,2	1,2	21,8	2,4	1.054,8	-1,4
fevereiro	367.405	75.245	137.175	997	579.825,0	3,5	-0,2	1,2	-7,6	2,5	1.064,1	0,0
março	368.060	75.259	137.262	1.028	580.581	3,4	-0,2	1,3	10,5	2,4	1.065,4	1,0
abril	369.377	75.202	137.387	1.046	581.966	3,5	-0,2	1,3	3,1	2,5	1.076,8	0,9
maio	370.735	75.122	137.484	928	583.341	3,7	-0,4	1,3	-4,5	2,6	1.071,9	1,2
junho	371.900	75.054	137.599	832	584.553	3,8	-0,5	1,1	-6,5	2,6	1.068,9	0,9
julho	372.999	75.071	137.790	780	585.860	3,7	-0,5	1,0	-7,8	2,5	2.083,4	1,0
agosto	373.734	75.049	138.030	794	586.813	3,7	-0,5	1,2	1,9	2,5	1.071,3	0,9
setembro	374.535	75.050	137.955	795	587.540	3,7	-0,4	1,0	-14,6	2,5	1.078,1	1,8
outubro	375.203	75.065	137.932	812	588.200	3,7	-0,4	0,9	-8,8	2,5	1.083,7	0,9
novembro	376.382	75.376	138.332	831	590.090	3,6	0,1	1,1	6,3	2,6	2.079,8	-1,1
dezembro	377.747	75.382	138.648	896	591.777	3,5	0,1	1,1	12,7	2,5	1.087,1	1,4

### Novos Pensionistas de Aposentação / Reforma

	Número						VH do Total (%)	Pensão Média Nova (€)	VH (%)
	Administr. Central	Administr. Regional	Administr. Local	Militares e forças Segurança	Outros	Total			
<b>2010</b>									
dezembro	1.492	80	311	204	429	2.516	10,7	1.230	-2,9
<b>2011</b>									
janeiro	1.397	80	355	350	315	2.497	39,5	1.359	1,1
fevereiro	1.167	38	205	186	303	1.899	26,5	1.531	28,0
março	929	53	203	256	256	1.697	-17,3	1.338	19,5
abril	1.183	80	317	184	542	2.306	26,9	1.146	0,3
maio	960	77	288	204	677	2.206	26,3	1.116	-3,4
junho	861	64	252	173	579	1.929	5,0	1.138	-4,9
julho	933	80	257	212	414	1.896	-3,0	1.188	0,3
agosto	858	49	198	97	305	1.507	-14,3	1.307	-2,9
setembro	902	59	238	139	259	1.597	7,0	1.399	10,4
outubro	741	51	182	228	293	1.495	-5,4	1.342	-2,5
novembro	764	43	158	117	1.239	2.321	11,6	1.233	3,1
dezembro	1.315	100	258	138	456	2.267	-9,9	1.379	12,1

### Subscritores

Número	VH (%)
586.391	-2,9
583.762	-3,6
581.398	-4,0
579.220	-4,3
577.475	-4,1
575.707	-4,0
573.111	-4,4
571.391	-4,4
569.389	-4,5
565.374	-4,7
563.589	-4,7
561.570	-4,7
n.d.	

Fonte: Caixa Geral de Aposentações, I.P.

A

**Ativos financeiros (receita)** – Receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, assim como as resultantes de reembolso de empréstimos ou subsídios concedidos (*vide* Classificador Económico das receitas e despesas públicas).

**Ativos financeiros (despesa)** – Operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis (*vide* Classificador Económico receitas e despesas públicas).

**Administrações Públicas** – Universo que compreende a Administração Central (serviços integrado e serviços e fundos autónomos), a Administração Regional (órgãos de governos regionais e serviços e fundos autónomos) e Local (municípios, freguesias e serviços e fundos autónomos) e a Segurança Social.

**Bens e serviços correntes** – Despesas com bens de consumo (duráveis ou não), a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, e serviços (*vide* Classificador Económico).

**Cativação (ou congelamento)** - Retenção de verbas do orçamento de despesa determinado na Lei do Orçamento do Estado, no decreto-lei de execução orçamental anual ou em decreto-lei específico, que se traduz numa redução da dotação utilizável pelos serviços e organismos.

A libertação destes montantes – **descativação** - é sujeita à autorização do Ministro das Finanças, que decide em função da evolução da execução orçamental e das necessidades de financiamento

**Contabilidade Pública (ótica da)** - Ótica de Caixa, ou de gerência – em que são considerados os recebimentos e pagamentos ocorridos em dado período.

**Contribuição VH pp.** - Contributo para a variação homóloga, correspondente ao contributo de cada parcela constituinte de um dado agregado para a variação homóloga desse agregado, medido em pontos percentuais.

D

**Despesa corrente primária** - Despesa corrente excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

**Despesa efetiva**

Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as despesas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.

A forma de cálculo para os diversos subsectores das Administrações Públicas é a seguinte:

**Estado** - Total da soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa orçamental, com exclusão das “transferências de capital para o Fundo de Regularização da Dívida Pública”, “ativos financeiros” e “passivos financeiros”;

**Restantes subsectores** - Soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros”.

**Despesa primária** - Despesa efetiva excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

**Despesa com pessoal** – Consideram-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Administração.

**Dotação corrigida** – Recursos disponíveis para utilização pelos serviços, correspondentes à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais que tenham tido lugar.

E

**Estado – (em sentido estrito)** Conjunto dos serviços dotados de autonomia administrativa. Nos termos do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO). O subsector Estado corresponde ao conjunto dos “serviços integrados”. O orçamento de despesa dos serviços integrados inclui transferências para outros subsectores das administrações públicas, que são processados pelos diversos ministérios.

**Execução orçamental** – Conjunto de operações que conduzem à cobrança de receitas previstas e ao pagamento de despesas fixadas no Orçamento do Estado.

## Glossário

### F

**Financiamento Nacional** – Conjunto das fontes de financiamento com origem em receitas: gerais; próprias; transferências entre subsectores e dívida (excluí as receitas provenientes de fundos comunitários).

**Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)** - Fundo estrutural criado pela Comissão Europeia e que contribui essencialmente para ajudar as regiões menos desenvolvidas, as que se encontram em reconversão económica e as que têm dificuldades estruturais.

**Fundo Social Europeu (FSE)** – Fundo estrutural que intervém essencialmente no âmbito da estratégia europeia para o emprego.

### G

**Grau de execução** – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre o valor executado no período em análise, para uma dada rubrica ou agregado de receita ou despesa, e o correspondente valor da previsão ou dotação corrigida abatido de cativos.

### I

**Impostos diretos** – Receitas resultantes da tributação dos rendimentos de capital e do trabalho, dos ganhos de capital e de outras fontes de rendimentos incluindo as que recaem sobre o património, ex. IRS, IRC, Contribuição autárquica (vide Classificador Económico).

**Impostos indiretos** – Receitas que recaem sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços, ex. Imposto sobre valor acrescentado (IVA), Especiais, Imposto Automóvel (IA), Imposto do Selo (vide Classificador Económico).

### O

**Outra despesa corrente** – Despesa corrente que assume carácter residual relativamente à despesa corrente, podendo-se desdobrar por subagrupamentos consoante a sua natureza, como por exemplo, “dotação Provisional”, “impostos e taxas” etc.

**Padrão de segurança da despesa** - Indicador, medido em percentagem, que corrige a sazonalidade, tendo em conta a distribuição intra-anual da despesa em análise ao longo dos últimos quatro anos. Os valores considerados são os relativos à dotação corrigida.

**Passivos financeiros (receita)** - Receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto e a médio longo prazo (vide Classificador Económico).

**Passivos financeiros (despesa)** - Operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos, que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, da execução de avales ou garantias (vide Classificador Económico).

**Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central PIDDAC** – refere-se às despesas de investimento da responsabilidade da Administração Central.

**Programa orçamental** – Abrange as despesas correspondentes a um conjunto de medidas de carácter plurianual que concorrem, de forma articulada, para a concretização de um ou vários objetivos específicos, relativos a uma ou mais políticas públicas (vide artigo 19º da LEO).

### Q

**Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)** - Documento estratégico para o período 2007-2013, que enquadra a concretização em Portugal de políticas de desenvolvimento económico, social e territorial através dos fundos estruturais e de coesão associados à política de coesão da União Europeia (vide Resolução de Conselho de Ministros n.º 86/2007, de 28 de Junho).



**Receita consignada** – Receita que a título excepcional e por determinação legal é afeta a despesas pré-determinadas.

**Receita efetiva**

Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as receitas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.

A forma de cálculo para os diversos subsectores das Administrações Públicas é a seguinte:

**Estado** - Total da soma dos capítulos da classificação económica de receita orçamental, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros” (vide Classificador Económico);

**Restantes subsectores** - Toda a Receita, com exclusão dos “ativos financeiros”, “passivos financeiros” e “saldos da gerência anterior”.

**Receita própria** – Cobranças efectuadas pelos serviços ou organismos do Estado, resultantes da sua atividade específica, da administração e alienação do seu património e quaisquer outras que por Lei ou contrato lhes devam pertencer, e sobre as quais detêm poder discricionário no âmbito dos respetivos diplomas orgânicos.

**Receitas correntes** - Referem-se as receitas que se renovam em todos os períodos financeiros.

**Receitas fiscais** – Receitas provenientes de impostos, sendo o financiamento que o setor público extrai do setor privado sob a forma coerciva, como meio de contribuir para o financiamento geral da atividade pública.

**Remunerações certas e permanentes** – Consideram-se todas as remunerações pagas como forma principal de retribuição dos trabalhadores em funções públicas, assumindo, assim, um carácter certo e permanente.

**Reposições não abatidas nos pagamentos** – Corresponde a entradas de fundos na tesouraria do Estado/organismo em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou por não terem sido utilizados pelas entidades que os receberam (vide Classificador Económico).

**Rubrica de classificação económica** – Item de receita ou despesas pública que tem associado um dado código e uma designação segundo uma classificação por natureza da operação económica que lhe dá origem.

**Saldo Corrente** - Diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

**Saldo Capital** - Diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

**Saldo global** - Diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva.

**Saldo Primário** - Diferença entre a receita efetiva e a despesa primária

**Saldo orçamental** – Diferença entre Receitas de Estado e Despesas de Estado.

**Serviços e Fundos Autónomos (SFA)** - Organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, regime que assume um carácter excecional face à regra geral (autonomia administrativa). Excluindo os casos em que tal decorre de imperativo constitucional, este regime apenas pode ser atribuído a serviços que satisfaçam, cumulativamente, certos requisitos: Não tenham natureza e forma de empresa, fundação ou associação públicas; Quando se justifique para a adequada gestão (em particular a gestão de fundos comunitários); E as suas receitas próprias atinjam um mínimo de dois terços das despesas totais, com exclusão das despesas cofinanciadas pela União Europeia.

(vide artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental e art.º 6.º da Lei de Bases da Contabilidade Pública - Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro).

**Subsídios** – Fluxos financeiros não reembolsáveis do Estado para as empresas públicas (equiparadas ou participadas) e empresas privadas, destinadas ao seu equilíbrio financeiro e à garantia, relativamente ao produto da sua atividade, de níveis de preços inferiores aos respetivos custos. Consideram-se ainda “Subsídios” as compensações provenientes das políticas ativas de emprego e formação profissional (vide Classificador Económico).

**Transferências correntes** – Verbas destinadas a quaisquer organismos ou entidade, para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador (vide Classificador Económico).

**Transferências de capital** – Recursos financeiros que se destinam a financiar despesas de capital das unidades receptoras (vide Classificador Económico).



## Glossário

**VH - Taxa de variação homóloga** - Variação relativa (medida em percentagem) do valor do ano em análise face ao valor em idêntico período do ano anterior.